



SENADO FEDERAL

## COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025**

### **E D I T A L**

**(Processo nº 00200.010218/2024-00)**

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 752, de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.010218/2024-00, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a substituição de trecho da rede de água gelada que interliga a Central de água gelada da Casa de Máquinas 3 (CM3) ao Edifício Principal do Senado Federal.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

**DATA: 15/04/2025**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09H30**

**SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

### **CAPÍTULO I - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a substituição de trecho da rede de água gelada que interliga a Central de água gelada da Casa de Máquinas 3 (CM3) ao Edifício Principal do Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.



## SENADO FEDERAL

**1.1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

### **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**2.1.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2.** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2.** Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3.** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

**2.3.1.** tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.2.** estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.3.** tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

**2.3.4.** estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.5.** encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

**2.3.6.** constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem



## SENADO FEDERAL

recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**2.3.7.** em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

**2.4.** A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

**2.4.1.** SICAF e Relação de Servidores disponível no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.4.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**2.4.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

**2.4.4.** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**2.5.** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

**2.6.** As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**2.7.** É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

## CAPÍTULO III– DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

**3.1.** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**3.2.** A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total do item**, observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).



## SENADO FEDERAL

**3.2.1.** Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.3.** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

**3.4.** O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

**3.4.1.** Prazo de início da execução de, no máximo, 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do contrato, prazo no qual será emitida a ordem de serviço.

**3.4.2.** Prazo de garantia de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

**3.5.** A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

**3.6.** A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

**3.6.1.** de condições de participação:

**3.6.1.1.** sobre ciência do edital;

**3.6.1.2.** sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

**3.6.2.** para fins de habilitação:

**3.6.2.1.** sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

**3.6.2.2.** sobre inexistência de impedimento à habilitação;

**3.6.2.3.** sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

**3.6.2.4.** sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**3.6.2.5.** sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

**3.6.3.** de cumprimento da legislação trabalhista:



## SENADO FEDERAL

**3.6.3.1.** sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

**3.6.3.2.** sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**3.7.** A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

**3.8.** Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**3.9.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

**3.10.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**3.10.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**3.11.** A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

**4.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**4.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

**4.2.1.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo *e-mail* [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

**4.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.



## SENADO FEDERAL

**4.4.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**4.5.** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**4.6.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

### **CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

**5.1.** A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

**5.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

**5.3.** Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

**5.3.1.** proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

**5.3.2.** proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

**5.4.** Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

**5.5.** Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

### **CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.



## SENADO FEDERAL

**6.2.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**6.3.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.4.** Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**6.4.1.** Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

**6.4.2.** Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 6.4 e diante do exposto no item 6.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

**6.4.3.** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

**6.4.4.** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

**6.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.5.1.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.6.** Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.6.1.** A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

**6.7.** Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).





## SENADO FEDERAL

### **CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1.** Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei nº Complementar nº 123/2006.

**7.2.** Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

**7.3.** Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.3.1.** Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

**7.3.1.1.** a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

**7.3.1.2.** não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**7.3.2.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

**7.4.** A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.





## SENADO FEDERAL

**7.4.1.** Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

**7.4.2.** Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

**8.1.** O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.

## CAPÍTULO IX – DA NEGOCIAÇÃO

**9.1.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**9.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**9.1.2.** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**10.1.** O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 9 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

**10.1.1.** A proposta de preços deverá ser acompanhada dos seguintes anexos:

**a) Planilha orçamentária e de composição de custos unitários**, conforme modelos constantes do Anexo 3 do edital, contendo a descrição dos itens, valor unitário, quantidade e valor total, bem como eventuais informações complementares como o índice de BDI (Bonificação de Despesas Individuais);



## SENADO FEDERAL

**b) Planilha de composição analítica do BDI**, conforme acórdão Plenário 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU) e Ato do Primeiro Secretário nº 2 de 2016 do Senado Federal (fórmula abaixo).

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC é a taxa de rateio da Administração Central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em Edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

**b.1)** A licitante deverá apresentar a composição para todos os índices de BDI adotados, incluindo o BDI reduzido para mero fornecimento.

**b.2)** Conforme disposto no Decreto nº 7.983/2013 e Acórdão Plenário nº 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU), os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica devem apresentar taxa de BDI reduzida.

**b.3)** Em nenhuma hipótese será admitido que as empresas utilizem a referência “verba” (vb) para caracterizar quantitativos e valores de itens das planilhas orçamentárias.

**b.4)** Itens com valor muito discrepante em relação ao valor pesquisado pelo Senado Federal ou índices de BDI adotados acima do utilizado pelo Senado Federal deverão ser justificados.

**10.1.2.** Não se admitirá que o preço individual de cada item da proposta seja superior ao preço individual de cada item da planilha orçamentária indicada no Anexo 3 do Edital.

**a)** A Contratada não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.



## SENADO FEDERAL

**10.1.3.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**10.1.4.** O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.1.5.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**10.1.6.** Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

**10.1.7.** Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.1.8.** A proposta será desclassificada quando:

**10.1.8.1.** conter vícios insanáveis;

**10.1.8.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**10.1.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

**10.1.8.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

**10.1.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**10.1.9.** O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 10.1.8.4 acima.

**10.1.10.** Caso o valor da proposta seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, em observância ao §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, a oferta será considerada relativamente inexequível.

**10.1.10.1.** A avaliação da incidência do §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 pelo Pregoeiro demanda análise ampla de todos os itens que a compõem a planilha e não apenas de itens isolados.



## SENADO FEDERAL

**10.1.10.2.** Configurada a inexecuibilidade relativa da proposta, nos termos do §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

**10.1.10.3.** O disposto no item 10.1.10 não afasta a possibilidade de o Pregoeiro, diante de valores unitários discrepantes isoladamente, solicitar à licitante, em caráter de diligência, a demonstração circunstanciada da viabilidade de tais ofertas.

**10.1.11.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta definitiva for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, com valor equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e com as disposições editalícias.

**10.2.** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 1).

**10.2.1.** O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**10.2.2.** Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO XI– DA HABILITAÇÃO

**11.1.** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

**11.1.1.** Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**11.2.** Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

**11.3.** Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.



## SENADO FEDERAL

### 11.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

#### 11.3.1.1. Capacidade Técnico-operacional:

**a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, expedida pelo CREA ou CAU, em nome da licitante, da região a que estiverem vinculados.

**a.1)** No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/DF ou CAU/DF na ocasião da assinatura do Contrato.

**b) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de substituição de pelo menos 30 (trinta) metros de tubulação em rede de climatização por água gelada com diâmetro nominal mínimo de 6 (seis) polegadas.

**b.1)** É vedado o somatório de atestados.

**b.2)** Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

#### 11.3.1.2. Capacidade Técnico-profissional:

**a)** Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do(s) responsável(eis) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com habilitação ao exercício da Engenharia Civil ou Mecânica que tenham vínculo com a empresa licitante.

**a.1)** A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o(a) profissional como sócio(a); carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, declaração de contratação futura do(a) responsável técnico(a), desde que acompanhada de declaração de anuência do(a) profissional.

**a.2)** Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA ou CAU da região a que estiver(em) vinculado(s);



## SENADO FEDERAL

**a.3)** Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do Conselho de Classe.

### **11.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**11.3.2.1. Balanço patrimonial** do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

**a)** que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente;

**b)** que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

**b.1)** Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

**b.2)** Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

**b.3)** Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

**11.3.2.2. Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **11.3.3. OUTROS DOCUMENTOS:**

**11.3.3.1.** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.6.2 deste edital.

**11.4.** Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

**11.4.1.** O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**11.4.2.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**11.4.3.** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



## SENADO FEDERAL

**11.5.** A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

**11.5.1.** Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**11.5.1.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

**11.6.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

**11.6.1.** a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**11.6.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**11.6.3.** suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

**11.6.4.** suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**11.6.5.** A apresentação de documentos de que trata o subitem 11.6 será realizada em observância ao disposto no item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

**11.7.** Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

**11.7.1.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**11.7.2.** O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro





## SENADO FEDERAL

a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**11.7.3.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**11.7.4.** Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 11.6 e 11.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.8.** Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**11.8.1.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**11.8.2.** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**11.9.** Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

**11.10.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.10.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**11.10.2.** A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



## SENADO FEDERAL

**11.11.** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**11.11.1.** Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**11.12.** Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**11.12.1.** Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

**11.12.1.1.** identidade dos sócios;

**11.12.1.2.** atuação no mesmo ramo de atividades;

**11.12.1.3.** data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

**11.12.1.4.** compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

**11.12.1.5.** identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

**11.12.1.6.** identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

**11.12.2.** Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**11.12.3.** Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

**11.12.3.1.** inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;



## SENADO FEDERAL

**11.12.3.2.** relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

### **CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**12.1.** Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

**12.2.** Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

### **CAPÍTULO XIII – DO RECURSO**

**13.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**13.1.1.** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

**13.1.2.** Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

**13.1.3.** Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

**13.2.** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**13.2.1.** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**13.3.** O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.



## SENADO FEDERAL

**13.4.** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

**14.2.** A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

**14.3.** O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

### **CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**15.1.** Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**15.1.1.** O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.1.2.** Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

**15.1.3.** O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 15.1.

**15.1.4.** Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

### **CAPÍTULO XVI – DAS PENALIDADES**

**16.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.



## SENADO FEDERAL

**16.2.** As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

**16.3.** Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**16.4.** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**16.5.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**17.1.** Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br).

**17.2.** Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

**17.2.1.** A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**17.3.** Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**17.4.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br).

**17.4.1.** O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**17.5.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.



SENADO FEDERAL

## CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**18.1.** O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**18.2.** Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 1 – Termo de Referência; Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas; Anexo 3 – Planilha Orçamentária; Anexo 4 – Diretrizes de Segurança; Anexo 5 – Diretrizes de Planejamento, Comunicação, Fiscalização e Gestão; Anexo 6 – Pranchas e Fotos; Anexo 7 – Minuta do Contrato; Anexo 8 – Modelo de Designação de Preposto; e Anexo 9 – Modelo de Apresentação de Proposta; Anexo 10 – Ato do Primeiro Secretário nº 2, de 2016; e Anexo 11 - Ato da Comissão Diretora nº 30, de 2002.

**18.3.** Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

**18.4.** É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**18.5.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**18.6.** As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**18.7.** A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

**18.8.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

## **CAPÍTULO XIX – DO FORO**

**19.1.** Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 31 de março de 2025.

**JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA**  
**Pregoeira**





SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025

(Processo nº 00200.010218/2024-00)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA						
OBJETO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a substituição de trecho da rede de água gelada que interliga a Central de água gelada da Casa de Máquinas 3 (CM3) ao Edifício Principal do Senado Federal.					
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexos 2, 3, 4, 5 e 6 do Edital.					
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 249316 Natureza da Despesa: 339039					
FISCALIZAÇÃO	Conforme Clausula Décima da minuta de contrato (Anexo 7 do edital).					
CATSER	1627 – Manutenção / Reforma Predial.					
JUSTIFICATIVA	A tubulação da rede de água gelada que atualmente interliga a Central de água gelada da Casa de Máquinas 3 – CM3 (AT10) ao Edifício Principal (EDPR) do Congresso Nacional encontra-se em mau estado de conservação. É possível verificar sinais de deterioração e vazamentos ao longo de toda a sua extensão. Assim, a fim de recuperar o funcionamento pleno do sistema de água gelada alimentado por essa tubulação, alguns serviços de manutenção fazem-se necessários.					
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global.					
QUANTIDADE(S) E PREÇO(S) ESTIMADO(S)						
	Item	Quantidade	Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total R\$
	1	1	Fornecimento de insumos e serviços de engenharia visando a substituição de trecho da rede de água gelada que interliga a CM3 ao Edifício Principal.	Lote*	329.373,40	329.373,40
	VALOR GLOBAL: R\$ 329.373,40 (trezentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta centavos)					



SENADO FEDERAL

	<i>*Observação: Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital.</i>
<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>	De 24 (vinte e quatro) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	Conforme Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 7 do edital).
<b>LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	No Complexo Arquitetônico do Senado Federal, em Brasília, DF.

**JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA**  
**Pregoeira**



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025**

**(Processo nº 00200.010218/2024-00)**

**ANEXO 2**

<b>CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b>
---

**A. Introdução**

1. Este anexo define os serviços individuais que compõem o objeto desta contratação e a sua integração neste caso específico. A especificação dos serviços individuais consta das fichas “SF” incorporadas ao final deste anexo, com particularidades relativas ao objeto definidas no corpo do anexo.

2. Todas as especificações contidas nas fichas “SF” devem ser rigorosamente seguidas. As referências comerciais estabelecidas nas fichas de especificação constituem-se apenas como norteadoras do padrão de desempenho dos materiais especificados, podendo ser substituídos por materiais similares nos termos do Acórdão nº 2.300/2007-Plenário.

**B. Descrição do Serviço**

3. Os seguintes serviços individuais compõem o objeto desta contratação:

3.1. Emissão dos projetos e cronogramas executivos

3.2. Fornecimento de insumos

3.3. Implementação de logística de apoio

3.4. Execução dos serviços de infraestrutura para substituição de trecho da rede de água gelada que interliga a CM3 ao Edifício Principal;

3.5. Recomposição de forros e demais itens necessários à execução dos trabalhos;

3.6. Remoção e descarte do entulho em caçambas fornecidas pela CONTRATADA;

3.7. Limpeza final.

**Observação: O arquivo contendo as fichas técnicas será disponibilizado juntamente ao edital no sistema Compras.gov.br.**



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025

(Processo nº 00200.010218/2024-00)

ANEXO 3

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Interligação de rede de água gelada da CM3

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data: outubro de 2024

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO TOTAL	BDI (%)	Não desonerado	Data-base SINAPI
								PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
SF-00001	Engenheiro(a) /Arquiteto(a) júnior	Mão-de-Obra	hh	160,00	R\$ 112,77	R\$ 18.042,40	19,10%	R\$ 134,30	R\$ 21.488,00
SF-00002	Mestre de obras	Mão-de-Obra	hh	360,00	R\$ 48,44	R\$ 17.438,58	19,10%	R\$ 57,69	R\$ 20.768,40
SF-00003	Planejamento físico-financeiro	Serviço (Mat + MO)	un	1,00	R\$ 2.129,06	R\$ 2.129,06	19,10%	R\$ 2.535,72	R\$ 2.535,72
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	Serviço (Mat + MO)	un	1,00	R\$ 2.923,88	R\$ 2.923,88	19,10%	R\$ 3.482,34	R\$ 3.482,34
SF-00006	Demolição de concreto simples	Serviço (Mat + MO)	m3	2,64	R\$ 327,40	R\$ 864,33	19,10%	R\$ 389,93	R\$ 1.029,42



## SENADO FEDERAL

SF-00007	Demolição de contrapiso	Serviço (Mat + MO)	m2	1,32	R\$ 22,23	R\$ 29,34	19,10%	R\$ 26,48	R\$ 34,95
SF-00008	Demolição de fechamento ou parede em gesso acartonado	Serviço (Mat + MO)	m2	8,80	R\$ 8,51	R\$ 74,86	19,10%	R\$ 10,13	R\$ 89,14
SF-00009	Demolição de forro	Serviço (Mat + MO)	m2	72,03	R\$ 1,99	R\$ 143,34	19,10%	R\$ 2,37	R\$ 170,71
SF-00011	Demolição de revestimento cerâmico ou pétreo (piso ou parede)	Serviço (Mat + MO)	m2	8,80	R\$ 7,06	R\$ 62,16	19,10%	R\$ 8,41	R\$ 74,01
SF-00014	Demolição em concreto armado	Serviço (Mat + MO)	m3	3,85	R\$ 187,09	R\$ 720,31	19,10%	R\$ 222,83	R\$ 857,90
SF-00015	Locação de caçambas e destinação final do entulho	Locação	un	16,00	R\$ 258,20	R\$ 4.131,20	19,10%	R\$ 307,52	R\$ 4.920,32
SF-00025	Remoção de dutos/tubulações	Serviço (Mat + MO)	m	195,80	R\$ 11,71	R\$ 2.293,08	19,10%	R\$ 13,95	R\$ 2.731,41
SF-00038	Remoção de placas/réguas de forro sintético ou metálico	Serviço (Mat + MO)	m2	7,26	R\$ 5,97	R\$ 43,34	19,10%	R\$ 7,11	R\$ 51,62
SF-00046	Retirada de entulhos	Serviço (Mat + MO)	m3	76,17	R\$ 22,23	R\$ 1.693,26	19,10%	R\$ 26,48	R\$ 2.016,98
SF-00057	Isolamento de obra com tela plástica com malha de 5mm e estrutura de madeira pontaleteada	Serviço (Mat + MO)	m2	160,00	R\$ 27,53	R\$ 4.404,20	19,10%	R\$ 32,78	R\$ 5.244,80
SF-00070	Tapume em compensado de madeira	Serviço (Mat + MO)	m2	164,56	R\$ 101,82	R\$ 16.755,59	19,10%	R\$ 121,27	R\$ 19.956,19
SF-00073	Limpeza final de intervenção	Serviço (Mat + MO)	m2	513,70	R\$ 2,71	R\$ 1.393,19	19,10%	R\$ 3,23	R\$ 1.659,25
SF-00076	Furo em concreto para diâmetros maiores que 75 mm	Serviço (Mat + MO)	un	5,00	R\$ 36,92	R\$ 184,59	19,10%	R\$ 43,97	R\$ 219,85
SF-00077	Concreto virado em betoneira, fck = 15 MPa	Serviço (Mat + MO)	m3	6,85	R\$ 918,71	R\$ 6.293,19	19,10%	R\$ 1.094,19	R\$ 7.495,20
SF-00082	Verga/contraverga/cinta em bloco de concreto canaleta 11,5 x 19 x 39 cm	Serviço (Mat + MO)	m	26,74	R\$ 37,82	R\$ 1.011,19	19,10%	R\$ 45,04	R\$ 1.204,37
SF-00087	Parede em gesso acartonado (drywall)	Serviço (Mat + MO)	m2	11,00	R\$ 80,73	R\$ 887,98	19,10%	R\$ 96,14	R\$ 1.057,54
SF-00096	Aplicação de fundo selador base água	Serviço (Mat + MO)	m2	83,03	R\$ 5,27	R\$ 437,72	19,10%	R\$ 6,28	R\$ 521,43
SF-00099	Massa corrida	Serviço (Mat + MO)	m2	83,03	R\$ 19,03	R\$ 1.579,69	19,10%	R\$ 22,66	R\$ 1.881,46



## SENADO FEDERAL

SF-00100	Pintura com tinta látex acrílica Premium (paredes)	Serviço (Mat + MO)	m2	11,00	R\$ 13,25	R\$ 145,77	19,10%	R\$ 15,78	R\$ 173,58
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	Serviço (Mat + MO)	m2	72,03	R\$ 15,70	R\$ 1.131,08	19,10%	R\$ 18,70	R\$ 1.346,96
SF-00105	Contrapiso em argamassa	Serviço (Mat + MO)	m2	1,32	R\$ 60,35	R\$ 79,66	19,10%	R\$ 71,87	R\$ 94,87
SF-00107	Granito cinza andorinha para piso	Serviço (Mat + MO)	m2	8,80	R\$ 233,65	R\$ 2.056,10	19,10%	R\$ 278,27	R\$ 2.448,78
SF-00108	Granito Cinza Andorinha para rodapé	Serviço (Mat + MO)	m2	1,10	R\$ 731,49	R\$ 804,64	19,10%	R\$ 871,20	R\$ 958,32
SF-00144	Forro em gesso acartonado monolítico	Serviço (Mat + MO)	m2	72,03	R\$ 66,71	R\$ 4.805,18	19,10%	R\$ 79,45	R\$ 5.722,78
SF-00149	Instalação de forro mineral reaproveitado	Serviço (Mat + MO)	m2	7,26	R\$ 56,30	R\$ 408,77	19,10%	R\$ 67,06	R\$ 486,86
SF-00326	Válvula de esfera em bronze 3/4"	Serviço (Mat + MO)	un	1,00	R\$ 69,32	R\$ 69,32	19,10%	R\$ 82,56	R\$ 82,56
SF-00339	Proteção mecânica em alumínio	Serviço (Mat + MO)	m2	2,05	R\$ 36,20	R\$ 74,21	19,10%	R\$ 43,11	R\$ 88,38
SF-00343	Tubo de aço-carbono galvanizado 3/4"	Serviço (Mat + MO)	m	1,00	R\$ 67,12	R\$ 67,12	19,10%	R\$ 79,94	R\$ 79,94
SF-00915	Graute industrializado, 50 MPa ≤ fck ≤ 60 MPa	Serviço (Mat + MO)	m3	3,30	R\$ 3.914,33	R\$ 12.917,30	19,10%	R\$ 4.661,97	R\$ 15.384,50
SF-00919	Escavação manual de valas	Serviço (Mat + MO)	m3	26,81	R\$ 87,94	R\$ 2.357,72	19,10%	R\$ 104,74	R\$ 2.808,08
SF-00920	Reaterro de vala com compactação mecanizada	Serviço (Mat + MO)	m3	10,73	R\$ 25,51	R\$ 273,68	19,10%	R\$ 30,38	R\$ 325,98
SF-00964	Mármore Branco Especial 20 mm argamassado (Ed. Principal e Anexo 1)	Serviço (Mat + MO)	m2	0,84	R\$ 608,80	R\$ 511,39	19,10%	R\$ 725,08	R\$ 609,07
SF-00985	Locação de Caminhão Munck	Locação	dia	5,00	R\$ 448,52	R\$ 2.242,60	19,10%	R\$ 534,19	R\$ 2.670,95
SF-01130	Pavimentação com Asfalto Pré-Misturado a Frio (PMF)	Serviço (Mat + MO)	m3	0,35	R\$ 1.062,77	R\$ 371,97	19,10%	R\$ 1.265,76	R\$ 443,02
SF-04225	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre 3" / tubulações de ferro de 2 1/2"	Serviço (Mat + MO)	m	24,00	R\$ 59,18	R\$ 1.420,29	19,10%	R\$ 70,48	R\$ 1.691,52
SF-04625	Cambota elastomérica de DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	8,00	R\$ 83,49	R\$ 667,95	19,10%	R\$ 99,44	R\$ 795,52
SF-04626	Cambota elastomérica de DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	20,00	R\$ 126,92	R\$ 2.538,47	19,10%	R\$ 151,17	R\$ 3.023,40



## SENADO FEDERAL

SF-04627	Curva raio curto 90° em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS).	Serviço (Mat + MO)	un	2,00	R\$ 397,92	R\$ 795,83	19,10%	R\$ 473,92	R\$ 947,84
SF-04628	Curva raio longo 45° em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 178,62	R\$ 714,48	19,10%	R\$ 212,74	R\$ 850,96
SF-04629	Curva raio longo 90° em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 283,40	R\$ 1.133,62	19,10%	R\$ 337,53	R\$ 1.350,12
SF-04630	Argamassa estrutural	Serviço (Mat + MO)	m3	1,00	R\$ 817,43	R\$ 817,43	19,10%	R\$ 973,56	R\$ 973,56
SF-04631	Flange cega, aço carbono, classe 150, DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	2,00	R\$ 306,18	R\$ 612,37	19,10%	R\$ 364,66	R\$ 729,32
SF-04632	Flange de pescoço, aço carbono, classe 150, DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	8,00	R\$ 278,73	R\$ 2.229,86	19,10%	R\$ 331,97	R\$ 2.655,76
SF-04633	Flange de pescoço, aço carbono, classe 150, DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	24,00	R\$ 372,73	R\$ 8.945,59	19,10%	R\$ 443,92	R\$ 10.654,08
SF-04634	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre 2 3/8" / tubulações de ferro de 2"	Serviço (Mat + MO)	m	6,00	R\$ 48,44	R\$ 290,65	19,10%	R\$ 57,69	R\$ 346,14
SF-04635	Isolamento elastomérico para tubulações de ferro de 4"	Serviço (Mat + MO)	m	30,00	R\$ 94,56	R\$ 2.836,71	19,10%	R\$ 112,62	R\$ 3.378,60
SF-04636	Isolamento elastomérico para tubulações de ferro de 6"	Serviço (Mat + MO)	m	66,00	R\$ 154,85	R\$ 10.220,36	19,10%	R\$ 184,43	R\$ 12.172,38
SF-04637	Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS) × DN 65 (2 1/2" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 125,14	R\$ 500,54	19,10%	R\$ 149,04	R\$ 596,16
SF-04638	Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS) × DN 50 (2" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	2,00	R\$ 134,80	R\$ 269,59	19,10%	R\$ 160,54	R\$ 321,08
SF-04639	Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS) × DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 178,69	R\$ 714,74	19,10%	R\$ 212,81	R\$ 851,24
SF-04641	Suporte fixado no piso para tubulação DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	10,00	R\$ 1.119,51	R\$ 11.195,09	19,10%	R\$ 1.333,33	R\$ 13.333,30
SF-04642	Suporte fixado no teto para tubulação DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 1.166,63	R\$ 4.666,51	19,10%	R\$ 1.389,45	R\$ 5.557,80
SF-04647	Tê em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 249,32	R\$ 997,28	19,10%	R\$ 296,94	R\$ 1.187,76
SF-04648	Tê em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 390,82	R\$ 1.563,28	19,10%	R\$ 465,47	R\$ 1.861,88
SF-04649	Tubo de aço-carbono preto DN 65 (2 1/2" NPS)	Serviço (Mat + MO)	m	24,00	R\$ 203,74	R\$ 4.889,66	19,10%	R\$ 242,65	R\$ 5.823,60





## SENADO FEDERAL

SF-04650	Tubo de aço-carbono preto DN 50 (2" NPS)	Serviço (Mat + MO)	m	6,00	R\$ 135,48	R\$ 812,86	19,10%	R\$ 161,35	R\$ 968,10
SF-04651	Tubo de aço-carbono preto DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	m	30,00	R\$ 344,81	R\$ 10.344,44	19,10%	R\$ 410,67	R\$ 12.320,10
SF-04652	Tubo de aço-carbono preto DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	m	66,00	R\$ 582,72	R\$ 38.459,74	19,10%	R\$ 694,02	R\$ 45.805,32
SF-04653	Válvula gaveta com flange DN 65 (2 1/2" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	4,00	R\$ 2.479,43	R\$ 9.917,71	19,10%	R\$ 2.953,00	R\$ 11.812,00
SF-04654	Válvula gaveta com flange DN 50 (2" NPS).	Serviço (Mat + MO)	un	2,00	R\$ 2.207,18	R\$ 4.414,35	19,10%	R\$ 2.628,75	R\$ 5.257,50
SF-04655	Válvula gaveta com flange DN 100 (4" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	2,00	R\$ 3.324,40	R\$ 6.648,81	19,10%	R\$ 3.959,37	R\$ 7.918,74
SF-04656	Válvula gaveta com flange DN 150 (6" NPS)	Serviço (Mat + MO)	un	6,00	R\$ 5.404,71	R\$ 32.428,29	19,10%	R\$ 6.437,01	R\$ 38.622,06
SF-04703	Tampão retangular em FFN, modelo R2, classe B125, abertura articulada, 110x55cm	Serviço (Mat + MO)	un	3,00	R\$ 1.218,00	R\$ 3.654,00	19,10%	R\$ 1.450,64	R\$ 4.351,92
68								<b>CUSTO DIRETO</b>	<b>R\$ 276.553,50</b>
								<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>R\$ 329.373,40</b>



SENADO FEDERAL

Interligação de rede de água gelada da CM3

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO

Data: outubro de 2024

Não desonerado	Desconto sobre preços de tabelas de referência (recomendação MPF) 5%
Encargos sociais: vide tabela SINAPI	Data-base SINAPI 08/2024

ITEM	DESCRIÇÃO	DISCRIMINAÇÃO DA COMPOSIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	FONTE DO COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO UNITÁRIO C/ DESCONTO MPF	FONTE DO PREÇO	CUSTO TOTAL	TOTAL DO SERVIÇO
SF-00001	Engenheiro(a) /Arquiteto(a) júnior	hh SINAPI 90777								
		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	SINAPI 90777	R\$ 118,70	R\$ 112,77	SINAPI 90777	R\$ 112,77	R\$ 112,77
SF-00002	Mestre de obras	hh SINAPI 90780								
		MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	SINAPI 90780	R\$ 50,99	R\$ 48,44	SINAPI 90780	R\$ 48,44	R\$ 48,44



## SENADO FEDERAL

SF-00003	Planejamento físico-financeiro	un Senado Federal								
		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	16,0000	Senado Federal	R\$ 140,07	R\$ 133,07	SINAPI 90778	R\$ 2.129,06	R\$ 2.129,06
SF-00004	Projetos de segurança do trabalho	un Senado Federal								
		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20,0000	Senado Federal	R\$ 140,07	R\$ 133,07	SINAPI 90778	R\$ 2.661,33	R\$ 2.923,88
		Anotação de Responsabilidade Técnica	un	1,0000	Senado Federal	R\$ 262,55	R\$ 262,55	Pesquisa de Preços	R\$ 262,55	
SF-00006	Demolição de concreto simples	m3 PINI 02.102.000007.SER Adaptada								
		PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,3000	PINI 02.102.000007.SER	R\$ 31,10	R\$ 29,55	SINAPI 88309	R\$ 38,41	R\$ 327,40
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	13,0000	PINI 02.102.000007.SER	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 288,99	
SF-00007	Demolição de contrapiso	m2 Senado Federal								
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	Senado Federal	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 22,23	R\$ 22,23



## SENADO FEDERAL

		m2		SINAPI 97638						
SF-00008	Demolição de fechamento ou parede em gesso acartonado	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0978	SINAPI 97638	R\$ 25,36	R\$ 24,09	SINAPI 88278	R\$ 2,36	R\$ 8,51
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2767	SINAPI 97638	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 6,15	
		m2		SINAPI 97640						
SF-00009	Demolição de forro	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0229	SINAPI 97640	R\$ 25,36	R\$ 24,09	SINAPI 88278	R\$ 0,55	R\$ 1,99
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0647	SINAPI 97640	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 1,44	
		m2		SINAPI 97634						
SF-00011	Demolição de revestimento cerâmico ou pétreo (piso ou parede)	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0323	SINAPI 97634	R\$ 30,94	R\$ 29,39	SINAPI 88256	R\$ 0,95	R\$ 7,06
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1085	SINAPI 97634	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 2,41	
		MARTELO DEMOLIDOR ELÉTRICO, COM POTÊNCIA DE 2.000 W, 1.000 IMPACTOS POR MINUTO, PESO DE 30 KG - CHI DIURNO. AF_01/2021	CHI	0,0603	SINAPI 97634	R\$ 26,66	R\$ 25,33	SINAPI 102274	R\$ 1,53	
		MARTELO DEMOLIDOR ELÉTRICO, COM POTÊNCIA DE 2.000 W, 1.000 IMPACTOS POR MINUTO, PESO DE 30 KG - CHP DIURNO. AF_01/2021	CHP	0,0788	SINAPI 97634	R\$ 29,06	R\$ 27,61	SINAPI 102275	R\$ 2,18	



## SENADO FEDERAL

		m3		SINAPI 97627						
SF-00014	Demolição em concreto armado	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2034	SINAPI 97627	R\$ 31,10	R\$ 29,55	SINAPI 88309	R\$ 6,01	R\$ 187,09
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2609	SINAPI 97627	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 28,03	
		MARTELO DEMOLIDOR ELÉTRICO, COM POTÊNCIA DE 2.000 W, 1.000 IMPACTOS POR MINUTO, PESO DE 30 KG - CHI DIURNO. AF_01/2021	CHI	2,5040	SINAPI 97627	R\$ 26,66	R\$ 25,33	SINAPI 102274	R\$ 63,42	
		MARTELO DEMOLIDOR ELÉTRICO, COM POTÊNCIA DE 2.000 W, 1.000 IMPACTOS POR MINUTO, PESO DE 30 KG - CHP DIURNO. AF_01/2021	CHP	3,2468	SINAPI 97627	R\$ 29,06	R\$ 27,61	SINAPI 102275	R\$ 89,63	
		m		SEINFRA C3389 Adaptada						
SF-00025	Remoção de dutos/tubulações	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1750	SEINFRA C3389	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 5,04	R\$ 11,71
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	SEINFRA C3389	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 6,67	
		m2		SINAPI 97640 Adaptada						
SF-00038	Remoção de placas/réguas de forro sintético ou metálico	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0687	SINAPI 97640 Adaptada	R\$ 25,36	R\$ 24,09	SINAPI 88278	R\$ 1,66	R\$ 5,97
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1941	SINAPI 97640 Adaptada	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 4,31	
Obs.: remoção com reaproveitamento										



## SENADO FEDERAL

SF-00046	Retirada de entulhos	m3			ORSE 0026 Adaptada					
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	ORSE 0026	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 22,23	R\$ 22,23
SF-00057	Isolamento de obra com tela plástica com malha de 5mm e estrutura de madeira pontaleteada	m2			PINI 02.101.000029.SER Adaptada					
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1500	PINI 02.101.000029.SER	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 3,33	R\$ 27,53
		CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	PINI 02.101.000029.SER	R\$ 30,71	R\$ 29,17	SINAPI 88262	R\$ 8,75	
		PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,5000	PINI 02.101.000029.SER	R\$ 7,60	R\$ 7,22	SINAPI 4491	R\$ 10,83	
		PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	0,1000	PINI 02.101.000029.SER	R\$ 20,00	R\$ 19,00	SINAPI 5061	R\$ 1,90	
		TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	1,1500	PINI 02.101.000029.SER	R\$ 2,48	R\$ 2,36	SINAPI 37524	R\$ 2,71	
SF-00070	Tapume em compensado de madeira	m2			PINI 02.101.000005.SER + PINI 24.103.000070.SER Adaptada					
		CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	PINI 02.101.000005.SER	R\$ 30,71	R\$ 29,17	SINAPI 88262	R\$ 11,67	R\$ 101,82
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	PINI 02.101.000005.SER	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 8,89	



## SENADO FEDERAL

SF-00073	Limpeza final de intervenção	Chapa de madeira compensada resinada 1,10 x 2,20 m # 6 mm	m2	1,1000	PINI 02.101.000005.SER	R\$ 23,33	R\$ 22,16	PINI 02.101.000005.MA T	R\$ 24,38
		PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,6000	PINI 02.101.000005.SER	R\$ 7,60	R\$ 7,22	SINAPI 4491	R\$ 11,55
		SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 10* CM, EM	M	1,6500	PINI 02.101.000005.SER	R\$ 9,52	R\$ 9,04	SINAPI 4460	R\$ 14,92
		MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA							
		TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM	M	0,5000	PINI 02.101.000005.SER	R\$ 27,84	R\$ 26,45	SINAPI 6189	R\$ 13,22
		MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA							
		PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,1000	PINI 02.101.000005.SER	R\$ 20,34	R\$ 19,32	SINAPI 5075	R\$ 1,93
		AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0015	PINI 24.103.000070.SER	R\$ 25,90	R\$ 24,61	SINAPI 100301	R\$ 0,04
		PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	PINI 24.103.000070.SER	R\$ 32,58	R\$ 30,95	SINAPI 88310	R\$ 12,38
		Oleo de linhaca	L	0,0225	PINI 24.103.000070.SER	R\$ 31,65	R\$ 30,07	PINI 24.103.000070.MA T	R\$ 0,68
		CAL HIDRATADA PARA PINTURA	KG	0,6000	PINI 24.103.000070.SER	R\$ 2,50	R\$ 2,38	SINAPI 11161	R\$ 1,43
		Pigmento em po para argamassas, cimentos e outros	kg	0,0150	PINI 24.103.000070.SER	R\$ 51,17	R\$ 48,61	PINI 24.103.000070.MA T	R\$ 0,73
SF-00073	Limpeza final de intervenção	m2	SINAPI 99802 + SINAPI 99803						





## SENADO FEDERAL

		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0250	SINAPI 99802	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 0,56	R\$ 2,71
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0970	SINAPI 99803	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 2,16	
SF-00076	Furo em concreto para diâmetros maiores que 75 mm	unSINAPI 90441								
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3214	SINAPI 90441	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 7,21	R\$ 36,92
		MARTELO DEMOLIDOR ELÉTRICO, COM POTÊNCIA DE 2.000 W, 1.000 IMPACTOS POR MINUTO, PESO DE 30 KG - CHI DIURNO. AF_01/2021	CHI	0,8109	SINAPI 90441	R\$ 26,66	R\$ 25,33	SINAPI 102274	R\$ 20,54	
		MARTELO DEMOLIDOR ELÉTRICO, COM POTÊNCIA DE 2.000 W, 1.000 IMPACTOS POR MINUTO, PESO DE 30 KG - CHP DIURNO. AF_01/2021	CHP	0,3320	SINAPI 90441	R\$ 29,06	R\$ 27,61	SINAPI 102275	R\$ 9,17	
SF-00077	Concreto virado em betoneira, fck = 15 MPa	m3SINAPI 103670 + SINAPI 94963 Adaptada								
		LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	1,0000	SINAPI 103670	R\$ 326,60	R\$ 310,27	SINAPI 103670	R\$ 310,27	R\$ 918,71
		AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,8046	SINAPI 94963	R\$ 195,00	R\$ 185,25	SINAPI 370	R\$ 149,05	
		CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	273,0630	SINAPI 94963	R\$ 0,66	R\$ 0,63	SINAPI 1379	R\$ 171,21	



## SENADO FEDERAL

PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,5792	SINAPI 94963	R\$ 197,39	R\$ 187,52	SINAPI 4721	R\$ 108,61
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,3275	SINAPI 94963	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 51,74
OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,4695	SINAPI 94963	R\$ 25,72	R\$ 24,43	SINAPI 88377	R\$ 35,91
BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	0,7563	SINAPI 94963	R\$ 1,80	R\$ 1,71	SINAPI 88830	R\$ 1,29
BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF_05/2023	CHI	0,7131	SINAPI 94963	R\$ 0,38	R\$ 0,36	SINAPI 88831	R\$ 0,26
CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	1,3838	Senado Federal	R\$ 8,83	R\$ 8,39	SINAPI 100973	R\$ 11,61
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	27,6760	Senado Federal	R\$ 3,00	R\$ 2,85	SINAPI 97914	R\$ 78,77

**Obs.: Considerando fornecedor de areia e  
brita a 20 km do Senado Federal.**



## SENADO FEDERAL

		m		PINI 06.103.000505.SER Adaptada						
SF-00082	Verga/contraverga/cinta em bloco de concreto canaleta 11,5 x 19 x 39 cm	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	PINI 06.103.000505.SER	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 8,89	R\$ 37,82
		PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	PINI 06.103.000505.SER	R\$ 31,10	R\$ 29,55	SINAPI 88309	R\$ 8,86	
		AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,0100	PINI 06.103.000505.SER	R\$ 195,00	R\$ 185,25	SINAPI 370	R\$ 1,85	
		PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,0100	PINI 06.103.000505.SER	R\$ 198,43	R\$ 188,51	SINAPI 4718	R\$ 1,89	
		CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	2,0100	PINI 06.103.000505.SER	R\$ 0,66	R\$ 0,63	SINAPI 1379	R\$ 1,26	
		Bloco de concreto tipo canaleta 11,5 x 19 x 39 cm	un	2,5000	PINI 06.103.000505.SER	R\$ 4,09	R\$ 3,89	PINI 06.103.000505.MAT	R\$ 9,71	
		ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	KG	0,5000	PINI 06.103.000505.SER	R\$ 8,51	R\$ 8,08	SINAPI 34	R\$ 4,04	
		CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	0,0200	Senado Federal	R\$ 8,83	R\$ 8,39	SINAPI 100973	R\$ 0,17	
		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	0,4000	Senado Federal	R\$ 3,00	R\$ 2,85	SINAPI 97914	R\$ 1,14	
		Obs.: Considerando fornecedor de areia e brita a 20 km do Senado Federal.								



## SENADO FEDERAL

		m2		SINAPI 96358					
SF-00087	Parede em gesso acartonado (drywall)	PINO DE ACO COM ARRUELA CONICA, DIAMETRO ARRUELA = *23* MM E COMP HASTE = *27* MM (ACAO INDIRETA)	CENTO	0,0248	SINAPI 96358	R\$ 50,87	R\$ 48,33	SINAPI 37586	R\$ 1,20
		PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	2,1060	SINAPI 96358	R\$ 18,47	R\$ 17,55	SINAPI 39413	R\$ 36,95
		PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M	0,7624	SINAPI 96358	R\$ 6,30	R\$ 5,99	SINAPI 39419	R\$ 4,56
		PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M	2,0006	SINAPI 96358	R\$ 7,15	R\$ 6,79	SINAPI 39422	R\$ 13,59
		FITA DE PAPEL MICROPERFURADO, 50 X 150 MM, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	2,5027	SINAPI 96358	R\$ 0,29	R\$ 0,28	SINAPI 39431	R\$ 0,69
		FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	0,7407	SINAPI 96358	R\$ 2,55	R\$ 2,42	SINAPI 39432	R\$ 1,79
		MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG	1,0978	SINAPI 96358	R\$ 3,20	R\$ 3,04	SINAPI 39434	R\$ 3,34
		PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	20,1868	SINAPI 96358	R\$ 0,11	R\$ 0,10	SINAPI 39435	R\$ 2,11
									R\$ 80,73



## SENADO FEDERAL

		PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	0,4803	SINAPI 96358	R\$ 0,25	R\$ 0,24	SINAPI 39443	R\$ 0,11	
		MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5220	SINAPI 96358	R\$ 25,36	R\$ 24,09	SINAPI 88278	R\$ 12,58	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1710	SINAPI 96358	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 3,80	
		<b>m2</b>			<b>SINAPI 88414 Adaptada</b>					
SF-00096	Aplicação de fundo selador base água	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1042	SINAPI 88414	R\$ 32,58	R\$ 30,95	SINAPI 88310	R\$ 3,23	R\$ 5,27
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0170	SINAPI 88414	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 0,38	
		Fundo selador a base d'água	L	0,1600	SINAPI 88414	R\$ 10,43	R\$ 10,43	Pesquisa de Preços	R\$ 1,67	
		<b>m2</b>			<b>SINAPI 88497</b>					
SF-00099	Massa corrida	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	0,0802	SINAPI 88497	R\$ 1,35	R\$ 1,28	SINAPI 3767	R\$ 0,10	R\$ 19,03
		MASSA CORRIDA PARA SUPERFICIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG	1,3389	SINAPI 88497	R\$ 3,99	R\$ 3,79	SINAPI 43626	R\$ 5,08	
		PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3610	SINAPI 88497	R\$ 32,58	R\$ 30,95	SINAPI 88310	R\$ 11,17	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1203	SINAPI 88497	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 2,67	
		<b>m2</b>			<b>SINAPI 88489</b>					
SF-00100		<b>m2</b>			<b>SINAPI 88489</b>					



## SENADO FEDERAL

Pintura com tinta látex acrílica Premium (paredes)	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1631	SINAPI 88489	R\$ 32,58	R\$ 30,95	SINAPI 88310	R\$ 5,05	R\$ 13,25	
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0544	SINAPI 88489	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 1,21		
	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	0,2285	SINAPI 88489	R\$ 32,22	R\$ 30,61	SINAPI 7356	R\$ 6,99		
		m2		SINAPI 88488						
SF-00103	Pintura tinta látex acrílica standard (tetos)	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2270	SINAPI 88488	R\$ 32,58	R\$ 30,95	SINAPI 88310	R\$ 7,03	R\$ 15,70
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0757	SINAPI 88488	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 1,68	
		TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	0,2285	SINAPI 88488	R\$ 32,22	R\$ 30,61	SINAPI 7356	R\$ 6,99	
		m2		SINAPI 87642 Adaptada						
SF-00105	Contrapiso em argamassa	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	0,0530	SINAPI 87642	R\$ 913,95	R\$ 868,25	SINAPI 87373 Adaptada	R\$ 46,02	R\$ 60,35
		PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2710	SINAPI 87642	R\$ 31,10	R\$ 29,55	SINAPI 88309	R\$ 8,01	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1360	SINAPI 87642	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 3,02	
		CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	0,5000	SINAPI 87642	R\$ 0,66	R\$ 0,63	SINAPI 1379	R\$ 0,31	
		ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS	L	0,2100	SINAPI 87642	R\$ 14,97	R\$ 14,22	SINAPI 7334	R\$ 2,99	



## SENADO FEDERAL

SF-00107	Granito cinza andorinha para piso	m2		SINAPI 98671 Adaptada						
		ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	8,6200	SINAPI 98671	R\$ 2,03	R\$ 1,93	SINAPI 37595	R\$ 16,62	R\$ 233,65
		MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1880	SINAPI 98671	R\$ 30,94	R\$ 29,39	SINAPI 88274	R\$ 34,92	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5940	SINAPI 98671	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 13,20	
		REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	0,1400	SINAPI 98671	R\$ 3,87	R\$ 3,68	SINAPI 34357	R\$ 0,51	
		Granito Cinza Andorinha, com 20 mm de espessura, para piso	m2	1,1600	SINAPI 98671	R\$ 145,16	R\$ 145,16	Pesquisa de Preços	R\$ 168,39	
SF-00108	Granito Cinza Andorinha para rodapé	m2		SINAPI 98685 Adaptada						
		Granito Cinza Andorinha, com 20 mm de espessura e 70 mm de altura, para rodapé	m	14,8571	SINAPI 98685 Adaptada	R\$ 39,66	R\$ 39,66	Pesquisa de Preços	R\$ 589,23	R\$ 731,49
		ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	8,6140	SINAPI 98685 Adaptada	R\$ 2,03	R\$ 1,93	SINAPI 37595	R\$ 16,61	
		MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,9900	SINAPI 98685 Adaptada	R\$ 30,94	R\$ 29,39	SINAPI 88274	R\$ 87,89	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5000	SINAPI 98685 Adaptada	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 33,35	
		REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	1,2000	SINAPI 98685 Adaptada	R\$ 3,87	R\$ 3,68	SINAPI 34357	R\$ 4,41	
		Obs: na pesquisa de preços do insumo, considerou-se 1 m de polimento a cada metro de rodapé.								
SF-00144	Forro em gesso acartonado monolítico	m2		SINAPI 96114						





## SENADO FEDERAL

PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	1,0838	SINAPI 96114	R\$ 18,47	R\$ 17,55	SINAPI 39413	R\$ 19,02	R\$ 66,71
PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	M	3,5470	SINAPI 96114	R\$ 4,63	R\$ 4,40	SINAPI 39427	R\$ 15,60	
PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL	UN	1,2267	SINAPI 96114	R\$ 1,74	R\$ 1,65	SINAPI 39430	R\$ 2,03	
FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	1,4276	SINAPI 96114	R\$ 2,55	R\$ 2,42	SINAPI 39432	R\$ 3,46	
MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG	0,6926	SINAPI 96114	R\$ 3,20	R\$ 3,04	SINAPI 39434	R\$ 2,11	
PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	9,6469	SINAPI 96114	R\$ 0,11	R\$ 0,10	SINAPI 39435	R\$ 1,01	
PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	1,2267	SINAPI 96114	R\$ 0,25	R\$ 0,24	SINAPI 39443	R\$ 0,29	
PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	0,0123	SINAPI 96114	R\$ 28,91	R\$ 27,46	SINAPI 40547	R\$ 0,34	



## SENADO FEDERAL

		ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	KG	0,0370	SINAPI 96114	R\$ 19,74	R\$ 18,75	SINAPI 43131	R\$ 0,69	
		MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4786	SINAPI 96114	R\$ 25,36	R\$ 24,09	SINAPI 88278	R\$ 11,53	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4786	SINAPI 96114	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 10,64	
			m2		PINI 21.101.000010.SER Adaptada					
SF-00149	Instalação de forro mineral reaproveitado	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2000	PINI 21.101.000010.SER	R\$ 24,03	R\$ 22,83	SINAPI 88243	R\$ 27,39	R\$ 56,30
		MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2000	PINI 21.101.000010.SER	R\$ 25,36	R\$ 24,09	SINAPI 88278	R\$ 28,91	
			un		SINAPI 95249					
SF-00326	Válvula de esfera em bronze 3/4"	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0106	SINAPI 95249	R\$ 14,38	R\$ 13,66	SINAPI 3148	R\$ 0,14	R\$ 69,32
		VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 3/4" (REF 1552-B)	UN	1,0000	SINAPI 95249	R\$ 66,87	R\$ 63,53	SINAPI 11749	R\$ 63,53	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1102	SINAPI 95249	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 2,47	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1102	SINAPI 95249	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 3,18	



## SENADO FEDERAL

		m2		Senado Federal						
SF-00339	Proteção mecânica em alumínio	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2000	Senado Federal	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 4,49	R\$ 36,20
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2000	Senado Federal	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 5,76	
		Alumínio corrugado sem barreira espessura mínima = 0,15mm	m2	1,0500	Senado Federal	R\$ 24,71	R\$ 24,71	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 25,95	
		m		SINAPI 92688 Adaptada						
SF-00343	Tubo de aço-carbono galvanizado 3/4"	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2970	SINAPI 92688	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 8,56	R\$ 67,12
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2970	SINAPI 92688	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 6,67	
		TUBO AÇO CARBONO SEM COSTURA 3/4", E= *2,87 MM, SCHEDULE 40, *1,69 KG/M	M	1,0390	SINAPI 92688	R\$ 52,58	R\$ 49,95	SINAPI 21150	R\$ 51,90	
		m3		SINAPI 89994 Adaptada						
SF-00915	Graute industrializado, 50 MPa ≤ fck ≤ 60 MPa	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,8469	SINAPI 89994	R\$ 31,10	R\$ 29,55	SINAPI 88309	R\$ 143,20	R\$ 3.914,33
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,2313	SINAPI 89994	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 71,83	



## SENADO FEDERAL

		GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL	KG	2200,0000	SINAPI 89994 Adaptada	R\$ 1,77	R\$ 1,68	SINAPI 134	R\$ 3.699,30	
		Obs.: Consumo de acordo com o fabricante do produto "Super Graute Quartzolit", referência comercial indicada.								
		<a href="https://www.quartzolit.weber/files/br/2017-12/super_graute_quartzolit.pdf">https://www.quartzolit.weber/files/br/2017-12/super_graute_quartzolit.pdf</a>								
SF-00919	Escavação manual de valas	m3		SINAPI 93358						
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,9560	SINAPI 93358	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 87,94	R\$ 87,94
SF-00920	Reaterro de vala com compactação mecanizada	m3		SINAPI 93382						
		CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0054	SINAPI 93382	R\$ 315,44	R\$ 299,67	SINAPI 5901	R\$ 1,62	R\$ 25,51
		CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,0006	SINAPI 93382	R\$ 74,40	R\$ 70,68	SINAPI 5903	R\$ 0,04	



## SENADO FEDERAL

		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7866	SINAPI 93382	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 17,49		
		COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	CHP	0,1962	SINAPI 93382	R\$ 34,12	R\$ 32,41	SINAPI 91533	R\$ 6,36		
		m2		ORSE 03735 Adaptada							
SF-00964	Mármore Branco Especial 20 mm argamassado (Ed. Principal e Anexo 1)	Mármore branco especial 20mm	m2	1,0500	ORSE 03735	R\$ 520,00	R\$ 520,00	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 546,00	R\$ 608,80	
		MARMORISTA/GRANITEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,3500	ORSE 03735	R\$ 30,94	R\$ 29,39	SINAPI 88274	R\$ 39,68		
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6000	ORSE 03735	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 13,34		
		ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	4,5000	ORSE 03735	R\$ 2,03	R\$ 1,93	SINAPI 37595	R\$ 8,68		
		REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	0,3000	ORSE 03735	R\$ 3,87	R\$ 3,68	SINAPI 34357	R\$ 1,10		
		m3		PINI 30.136.000351.SER Adaptada							
SF-01130	Pavimentação com Asfalto Pré-Misturado a Frio (PMF)	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4000	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 8,89	R\$ 1.062,77	
		ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIABEL, POTÊNCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHI DIURNO. AF_06/2017	CHI	0,0060	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 92,44	R\$ 87,82	SINAPI 96464	R\$ 0,53		
		ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIABEL, POTÊNCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE	CHP	0,0107	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 221,12	R\$ 210,06	SINAPI 96463	R\$ 2,25		



## SENADO FEDERAL

ROLAGEM 2,30 M - CHP DIURNO.  
AF\_06/2017

ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTÊNCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHP DIURNO. AF_11/2016 ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTÊNCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHI DIURNO. AF_11/2016 TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRAÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014 TRATOR DE PNEUS, POTÊNCIA 85 CV, TRAÇÃO 4X4, PESO COM LASTRO DE 4.675 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014 VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2,44 M - CHI DIURNO. AF_06/2014 VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA, LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO DE 2,44 M - CHP DIURNO. AF_06/2014 VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS, LARGURA DE PAVIMENTAÇÃO 1,90 M A 5,30 M, POTÊNCIA 105 HP CAPACIDADE 450 T/H - CHP DIURNO. AF_11/2014	CHP	0,0062	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 233,12	R\$ 221,46	SINAPI 95631	R\$ 1,37
	CHI	0,0105	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 85,88	R\$ 81,59	SINAPI 95632	R\$ 0,86
	CHI	0,0122	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 44,37	R\$ 42,15	SINAPI 89036	R\$ 0,51
	CHP	0,0045	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 126,73	R\$ 120,39	SINAPI 89035	R\$ 0,54
	CHI	0,0122	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 4,68	R\$ 4,45	SINAPI 5841	R\$ 0,05
	CHP	0,0045	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 9,31	R\$ 8,84	SINAPI 5839	R\$ 0,04
	CHP	0,0167	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 379,78	R\$ 360,79	SINAPI 5835	R\$ 6,03



## SENADO FEDERAL

CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	CHP	0,0272	PINI 30.136.000351.SER	R\$ 277,70	R\$ 263,82	SINAPI 96035	R\$ 7,18
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 6,67
AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,1800	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 197,54	R\$ 187,66	SINAPI 367	R\$ 33,78
PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	1,2600	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 227,89	R\$ 216,50	SINAPI 4720	R\$ 272,78
Emulsão asfáltica RR 2C	kg	140,0000	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 4,32	R\$ 4,10	<a href="#">PINI 30.136.000444.MA T</a>	R\$ 574,56
GRUPO GERADOR ESTACIONÁRIO, POTÊNCIA 150 KVA, MOTOR A DIESEL- CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	0,0500	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 172,07	R\$ 163,47	SINAPI 93427	R\$ 8,17
PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 197 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 2,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 18338 KG - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0210	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 214,56	R\$ 203,83	SINAPI 5944	R\$ 4,28
PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 197 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 2,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 18338 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,0290	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 85,85	R\$ 81,56	SINAPI 5946	R\$ 2,37
USINA DE ASFALTO À FRIO, CAPACIDADE DE 40 A 60 TON/HORA, ELÉTRICA POTÊNCIA 30 CV - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	0,0500	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 268,54	R\$ 255,11	SINAPI 93439	R\$ 12,76
TANQUE DE ASFALTO ESTACIONÁRIO COM SERPENTINA, CAPACIDADE 30.000 L - CHP DIURNO. AF_05/2023	CHP	0,1000	PINI 30.136.000444.SER	R\$ 264,37	R\$ 251,15	SINAPI 7030	R\$ 25,12





## SENADO FEDERAL

		CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	1,4400	Senado Federal	R\$ 8,83	R\$ 8,39	SINAPI 100973	R\$ 12,08	
		TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	28,8000	Senado Federal	R\$ 3,00	R\$ 2,85	SINAPI 97914	R\$ 81,97	
		Obs: considerando fornecedor de areia e brita a 20 km do Senado Federal								
		m								
		SINAPI 92286 Adaptada								
SF-04225	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre 3” / tubulações de ferro de 2 1/2”	Isolamento elastomérico em formato de tubo ou coquilha de espessura M, próprio para tubulação ferro de diâmetro nominal 2 1/2". Ref.: AF/Armaflex M-76, K-Flex ST	m	1,0225	SINAPI 92286	R\$ 55,50	R\$ 55,50	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 56,75	R\$ 59,18
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 1,06	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 1,37	
		Obs.: As seguintes proporções foram consideradas quanto ao tempo de mão de obra: 70% para instalação do tubo e 30% para instalação do isolamento térmico.								



## SENADO FEDERAL

SF-04625	Cambota elastomérica de DN 100 (4" NPS)	un		SINAPI 97457 Adaptada						R\$ 83,49
SF-04625	Cambota elastomérica de DN 100 (4" NPS)	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9300	SINAPI 97457	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 20,88	R\$ 83,49
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9300	SINAPI 97457	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 26,80	
		Cambota elastomérica de DN 100 (4" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 35,82	R\$ 35,82	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 35,82	
SF-04626	Cambota elastomérica de DN 150 (6" NPS)	un		SINAPI 97457 Adaptada						R\$ 126,92
SF-04626	Cambota elastomérica de DN 150 (6" NPS)	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9300	SINAPI 97457	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 20,88	R\$ 126,92
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,9300	SINAPI 97457	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 26,80	
		Cambota elastomérica de DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 79,25	R\$ 79,25	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 79,25	
SF-04627	Curva raio curto 90° em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS).	un		SINAPI 97457 Adaptada						R\$ 397,92
SF-04627	Curva raio curto 90° em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS).	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	R\$ 397,92
		Curva raio curto 90° em aço carbono para solda de topo, SCH 40, DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 310,72	R\$ 295,18	<a href="#">SEINFRA G0110</a>	R\$ 295,18	



## SENADO FEDERAL

		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 27,14	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 34,84	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 36,54	
		<b>un SINAPI 97457 Adaptada</b>								
		ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	<b>R\$ 178,62</b>
		Curva raio longo 45° em aço carbono para solda de topo, SCH 40, DN 100 (4" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 79,88	R\$ 75,89	<a href="#">SEINFRA G0092</a>	R\$ 75,89	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 27,14	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 34,84	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 36,54	
		<b>un SINAPI 97457 Adaptada</b>								
		ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	<b>R\$ 283,40</b>
		Curva raio longo 90° em aço carbono para solda de topo, SCH 40, DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 190,18	R\$ 180,67	<a href="#">SEINFRA G0093</a>	R\$ 180,67	



## SENADO FEDERAL

		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 27,14	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 34,84	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 36,54	
		<b>m3 Senado Federal</b>								<b>R\$ 817,43</b>
<b>SF-04630</b>	<b>Argamassa estrutural</b>	MISTURADOR DUPLO HORIZONTAL DE ALTA TURBULÊNCIA, CAPACIDADE / VOLUME 2 X 500 LITROS, MOTORES ELÉTRICOS MÍNIMO 5 CV CADA, PARA NATA CIMENTO, ARGAMASSA E OUTROS - CHI DIURNO. AF_06/2015	CHI	2,3800	Senado Federal	R\$ 5,13	R\$ 4,87	SINAPI 90638	R\$ 11,60	
		MISTURADOR DUPLO HORIZONTAL DE ALTA TURBULÊNCIA, CAPACIDADE / VOLUME 2 X 500 LITROS, MOTORES ELÉTRICOS MÍNIMO 5 CV CADA, PARA NATA CIMENTO, ARGAMASSA E OUTROS - CHP DIURNO. AF_06/2015	CHP	0,7500	Senado Federal	R\$ 15,01	R\$ 14,26	SINAPI 90637	R\$ 10,69	
		OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,1200	Senado Federal	R\$ 25,72	R\$ 24,43	SINAPI 88377	R\$ 76,23	
		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,9900	Senado Federal	R\$ 23,40	R\$ 22,23	SINAPI 88316	R\$ 110,93	
		AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	0,9750	Senado Federal	R\$ 195,00	R\$ 185,25	SINAPI 370	R\$ 180,62	
		CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	681,5900	Senado Federal	R\$ 0,66	R\$ 0,63	SINAPI 1379	R\$ 427,36	



SENADO FEDERAL

Fonte: SINAPI 95563 - abril/2024

Fonte: SINAPI 95563 - abril/2024										
		un		SINAPI 97457 Adaptada						
SF-04631	Flange cega, aço carbono, classe 150, DN 150 (6" NPS)	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	R\$ 306,18
		Flange cega, aço carbono, classe 150, DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 203,45	R\$ 203,45	Pesquisa de Preços	R\$ 203,45	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 27,14	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 34,84	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 36,54	
		un		SINAPI 97457 Adaptada						
SF-04632	Flange de pescoço, aço carbono, classe 150, DN 100 (4" NPS)	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	R\$ 278,73
		Flange de pescoço, aço carbono, classe 150, DN 100 (4" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 176,00	R\$ 176,00	Pesquisa de Preços	R\$ 176,00	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 27,14	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 34,84	



## SENADO FEDERAL

SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 36,54		
SF-04633	Flange de pescoço, aço carbono, classe 150, DN 150 (6" NPS)	un								SINAPI 97457 Adaptada
		ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	R\$ 372,73
		Flange de pescoço, aço carbono, classe 150, DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97457	R\$ 270,00	R\$ 270,00	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 270,00	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 27,14	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 34,84	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2090	SINAPI 97457 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 36,54	
SF-04634	Isolamento elastomérico para tubulações de cobre 2 3/8" / tubulações de ferro de 2"	m								SINAPI 92286 Adaptada
		Isolamento elastomérico em formato de tubo ou coquilha de espessura M, próprio para tubulação de cobre 2 3/8" / tubulações de ferro de diâmetro nominal 2". Ref.: AF/Armaflex M-60, K-Flex ST	m	1,0225	SINAPI 92286	R\$ 45,00	R\$ 45,00	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 46,01	R\$ 48,44
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 1,06	



## SENADO FEDERAL

ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 1,37			
Obs.: As seguintes proporções foram consideradas quanto ao tempo de mão de obra: 70% para instalação do tubo e 30% para instalação do isolamento térmico.											
SF-04635	Isolamento elastomérico para tubulações de ferro de 4”	m		SINAPI 92286 Adaptada							
		Isolamento elastomérico em formato de tubo ou coquilha de espessura M, próprio para tubulação ferro de diâmetro nominal 4". Ref.: AF/Armaflex M-114, K-Flex ST									R\$ 94,56
		m	1,0225	SINAPI 92286	R\$ 90,10	R\$ 90,10	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 92,13			
		H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 1,06			
		H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 1,37			
Obs.: As seguintes proporções foram consideradas quanto ao tempo de mão de obra: 70% para instalação do tubo e 30% para instalação do isolamento térmico.											





## SENADO FEDERAL

		SINAPI 92286 Adaptada											
		m											
SF-04636	Isolamento elastomérico para tubulações de ferro de 6”	Isolamento elastomérico em formato de tubo ou coquilha de espessura M, próprio para tubulação ferro de diâmetro nominal 6". Ref.: AF/Armaflex M-168, K-Flex ST	m	1,0225	SINAPI 92286	R\$ 149,07	R\$ 149,07	Pesquisa de Preços	R\$ 152,42	R\$ 154,85			
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 1,06				
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0474	SINAPI 92286	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 1,37				
		Obs.: As seguintes proporções foram consideradas quanto ao tempo de mão de obra: 70% para instalação do tubo e 30% para instalação do isolamento térmico.											
		un		SINAPI 97450 Adaptada									
SF-04637	Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS) × DN 65 (2 1/2" NPS)	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	R\$ 125,14			
		Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS) × DN 65 (2 1/2" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97450	R\$ 55,24	R\$ 55,24	Pesquisa de Preços	R\$ 55,24				
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 18,09				



## SENADO FEDERAL

		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 23,22	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 24,36	
SF- 04638	Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS) × DN 50 (2" NPS)			un	SINAPI 97450 Adaptada					
		ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	R\$ 134,80
		Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS) × DN 50 (2" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97450	R\$ 64,90	R\$ 64,90	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 64,90	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 18,09	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 23,22	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 24,36	
SF- 04639	Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS) × DN 100 (4" NPS)			un	SINAPI 97450 Adaptada					
		ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1157	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 4,22	R\$ 178,69
		Redução concêntrica em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS) × DN 100 (4" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97450	R\$ 108,79	R\$ 108,79	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 108,79	



## SENADO FEDERAL

		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 18,09
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 23,22
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,8060	SINAPI 97450 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 24,36
		<b>un Senado Federal</b>							
SF-04641	Suporte fixado no piso para tubulação DN 150 (6" NPS)	Suporte fixado no piso para tubulação DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	Senado Federal	R\$ 1.104,13	R\$ 1.104,13	Pesquisa de Preços	R\$ 1.119,51
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	Senado Federal	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 6,73
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	Senado Federal	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 8,64
		<b>un Senado Federal</b>							
SF-04642	Suporte fixado no teto para tubulação DN 100 (4" NPS)	Suporte fixado no piso para tubulação DN 100 (4" NPS)	UN	1,0000	Senado Federal	R\$ 1.151,25	R\$ 1.151,25	Pesquisa de Preços	R\$ 1.166,63
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	Senado Federal	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 6,73
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	Senado Federal	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 8,64



## SENADO FEDERAL

		un		SINAPI 97496 Adaptada						
SF-04647	Tê em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS)	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1729	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 6,31	R\$ 249,32
		Tê em aço carbono para solda de topo DN 100 (4" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97496	R\$ 141,11	R\$ 141,11	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 141,11	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2506	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 28,07	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2506	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 36,03	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2506	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 37,79	
		un		SINAPI 97496 Adaptada						
SF-04648	Tê em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS)	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	0,1729	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 38,41	R\$ 36,49	SINAPI 11002	R\$ 6,31	R\$ 390,82
		Tê em aço carbono para solda de topo DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 97496	R\$ 282,61	R\$ 282,61	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 282,61	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2506	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 28,07	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2506	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 36,03	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,2506	SINAPI 97496 Adaptada	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 37,79	



## SENADO FEDERAL

		m		SINAPI 92339						
SF-04649	Tubo de aço-carbono preto DN 65 (2 1/2" NPS)	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2 1/2", E = 5,16 MM, SCHEDULE 40 (8,62 KG/M)	M	1,0390	SINAPI 92339	R\$ 171,82	R\$ 163,23	SINAPI 21147	R\$ 169,59	R\$ 203,74
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 9,41	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 12,07	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 12,66	
		m		SINAPI 92338						
SF-04650	Tubo de aço-carbono preto DN 50 (2" NPS)	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2", E= *3,91* MM, SCHEDULE 40, *5,43* KG/M	M	1,0390	SINAPI 92338	R\$ 106,05	R\$ 100,75	SINAPI 21148	R\$ 104,68	R\$ 135,48
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3780	SINAPI 92338	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 8,49	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3780	SINAPI 92338	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 10,89	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3780	SINAPI 92338	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 11,42	
SF-04651	Tubo de aço-carbono preto DN 100 (4" NPS)	m		SINAPI 92339 Adaptada						



## SENADO FEDERAL

		TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 4", E= *6,02 MM, SCHEDULE 40, *16,06 KG/M	M	1,0390	SINAPI 92339	R\$ 314,75	R\$ 299,01	SINAPI 21151	R\$ 310,67	R\$ 344,81
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 9,41	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 12,07	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 12,66	
		m SINAPI 92339 Adaptada								
SF-04652	Tubo de aço-carbono preto DN 150 (6" NPS)	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 6", E= 7,11 MM, SCHEDULE 40, *28,26 KG/M	M	1,0390	SINAPI 92339	R\$ 555,78	R\$ 527,99	SINAPI 7672	R\$ 548,58	R\$ 582,72
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 9,41	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 12,07	
		SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4190	SINAPI 92339	R\$ 31,81	R\$ 30,22	SINAPI 88317	R\$ 12,66	
SF-04653	Válvula gaveta com flange DN 65 (2 1/2" NPS)	un SINAPI 94499 Adaptada								
		FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0302	SINAPI 94499	R\$ 14,38	R\$ 13,66	SINAPI 3148	R\$ 0,41	R\$ 2.479,43



## SENADO FEDERAL

		Válvula gaveta ferro fundido classe ANSI 125 com flanges padrão DN 65 (2 1/2” NPS)	UN	1,0000	SINAPI 94499	R\$ 2.455,71	R\$ 2.455,71	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 2.455,71	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4546	SINAPI 94499	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 10,21	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,4546	SINAPI 94499	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 13,10	
		<b>un SINAPI 94498 Adaptada</b>								
<b>SF-04654</b>	<b>Válvula gaveta com flange DN 50 (2" NPS).</b>	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0240	SINAPI 94498	R\$ 14,38	R\$ 13,66	SINAPI 3148	R\$ 0,33	<b>R\$ 2.207,18</b>
		Válvula gaveta ferro fundido classe ANSI 125 com flanges padrão DN 50 (2” NPS)	UN	1,0000	SINAPI 94498	R\$ 2.189,43	R\$ 2.189,43	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 2.189,43	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3398	SINAPI 94498	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 7,63	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3398	SINAPI 94498	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 9,79	
		<b>un SINAPI 94501 Adaptada</b>								
<b>SF-04655</b>	<b>Válvula gaveta com flange DN 100 (4" NPS)</b>	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0452	SINAPI 94501	R\$ 14,38	R\$ 13,66	SINAPI 3148	R\$ 0,62	<b>R\$ 3.324,40</b>
		Válvula gaveta ferro fundido classe ANSI 125 com flanges padrão DN 100 (4” NPS)	UN	1,0000	SINAPI 94501	R\$ 3.286,75	R\$ 3.286,75	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 3.286,75	



## SENADO FEDERAL

		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7225	SINAPI 94501	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 16,22	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7225	SINAPI 94501	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 20,82	
		<b>un SINAPI 94501 Adaptada</b>								
<b>SF-04656</b>	<b>Válvula gaveta com flange DN 150 (6" NPS)</b>	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	0,0452	SINAPI 94501	R\$ 14,38	R\$ 13,66	SINAPI 3148	R\$ 0,62	<b>R\$ 5.404,71</b>
		Válvula gaveta ferro fundido classe ANSI 125 com flanges padrão DN 150 (6" NPS)	UN	1,0000	SINAPI 94501	R\$ 5.367,06	R\$ 5.367,06	<a href="#">Pesquisa de Preços</a>	R\$ 5.367,06	
		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7225	SINAPI 94501	R\$ 23,63	R\$ 22,45	SINAPI 88248	R\$ 16,22	
		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7225	SINAPI 94501	R\$ 30,33	R\$ 28,81	SINAPI 88267	R\$ 20,82	





SENADO FEDERAL

## COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025

(Processo nº 00200.010218/2024-00)

#### ANEXO 4

#### DIRETRIZES DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

##### A. Introdução

1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá observar as Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde detalhadas a seguir.
2. Este anexo detalha os deveres e as responsabilidades da Contratada, sem, contudo, esgotar a matéria. Para isso, repassa as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente que devem ser cumpridas com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do Senado Federal e da Contratada, além de promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços ora contratados.
3. Além das exigências contidas neste anexo, a Contratada deve atender os requisitos dos Aspectos de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito distrital e federal.

##### B. Responsabilidade Técnica

4. As ações de segurança do trabalho (projeto e execução) deverão estar vinculadas a uma ou mais ARTs registradas no CREA ou CAU, devendo permanecer vigentes durante a duração do contrato.
5. No campo “Atividades Desempenhadas”, a ART deverá indicar expressamente “projeto e execução de todas as ações de segurança do trabalho relacionadas ao Contrato XXXX, durante toda a sua vigência, celebrado entre a [nome da empresa contratada] e o Senado Federal”.
6. A Contratada poderá contratar um ou mais profissionais para o “projeto” e outro ou outros para acompanhar a “execução”, contanto que as ARTs, conjuntamente, abranjam as atividades exigidas acima, “projeto e execução”.
7. Todo estudo, planta ou relatório relacionado à segurança do trabalho deverá indicar o nome do profissional responsável pela sua elaboração e o número da ART a que esse estudo, planta ou relatório estará vinculado.



## SENADO FEDERAL

### **C. Proteção coletiva e individual**

8. Prioritariamente, a Contratada deverá projetar e adotar medidas de proteção coletiva capazes, nesta ordem, de eliminar ou reduzir os riscos à saúde e à incolumidade física dos seus trabalhadores e de seus subcontratados. Quando as medidas de proteção coletiva se mostrarem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para eliminar os riscos, a Contratada adotará outras medidas, obedecendo-se à seguinte hierarquia:

8.1. medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

8.2. utilização de equipamento de proteção individual (EPI).

9. Os EPIs devem ser adequados ao risco e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento. O uso é obrigatório nas condições indicadas no item 6.3 da NR-6, a saber:

9.1. sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;

9.2. enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,

9.3. para atender a situações de emergência.

10. A seleção e especificação técnica final e exaustiva das proteções coletivas e individuais faz parte das atribuições da Contratada, valendo-se do seu Projetista de Segurança do Trabalho.

11. Além disso, o projetista da Contratada deverá prescrever outras medidas de proteção coletiva e EPIs apurados durante a realização dos projetos de segurança do trabalho. As novas medidas e novos EPIs indicados nos projetos de segurança, embora também de fornecimento obrigatório pela Contratada, não estarão sujeitos a reembolso por parte do Senado Federal.

12. Existe presunção legítima do Senado Federal de que as empresas licitantes possuam experiência prévia na realização das atividades objeto da contratação, com plena observância das normas de segurança do trabalho. Portanto, têm plena consciência e competência para estimar os custos diretos e indiretos, permanentes e eventuais desse tipo de atividade no momento da apresentação dos lances e da proposta comercial final da licitante vencedora.

13. A Contratada não apenas empregará os equipamentos e medidas de proteção coletiva, mas também fornecerá aos seus funcionários e subcontratados todos os EPIs especificados pelo seu Projetista de Segurança do Trabalho, bem como os porventura exigidos por regramento oficial, federal ou local. Cumprirá, no que couber, as determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 – Disposições Gerais; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 35 – Trabalho em Altura.



## SENADO FEDERAL

14. A Contratada deve sinalizar, quando aplicável e em conformidade com a legislação, os locais e áreas de risco onde serão executados os serviços contratados, indicando a obrigatoriedade de uso e o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
15. A Contratada deverá acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI e EPC, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância.
16. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à Contratada corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
17. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
18. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
19. Todos os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.
20. Caberá à Contratada comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
21. O Senado Federal realizará inspeções periódicas nos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
22. A Contratada deverá indicar e manter durante a execução do Contrato Responsáveis Técnicos pelos serviços.

### **D. Projeto de Segurança**

23. Antes do início efetivo das atividades de campo, a Contratada deverá elaborar um projeto de segurança que contemple as ações voltadas à segurança do trabalho durante o contrato.
24. O projeto deverá trazer pelo menos um capítulo para cada um dos seguintes pontos:

#### 24.1. Sinalização;



## SENADO FEDERAL

- 24.2. Trabalho em altura;
- 24.3. Eletricidade;
- 24.4. Solda;
- 24.5. Movimentação de Cargas.

### **D.1 Sinalização**

- 25. O projetista deverá detalhar todos os dispositivos de sinalização e isolamento das regiões onde serão realizados os serviços.
- 26. A sinalização deverá ser compatível com o risco de cada área, indicando o tipo adequado de EPI a ser utilizado.
- 27. Caso necessário, deverá prever, detalhar, executar e manter o isolamento das áreas de risco.
- 28. A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações dos locais de execução dos serviços, das casas de máquinas, das vias de circulação, das passagens e das escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
- 29. A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

### **D.2 Trabalho em altura**

- 30. Deverão ser tomadas as medidas de proteção para trabalhos em altura, nos termos da norma NR 35 – Trabalho em altura.
- 31. O capítulo que tratar de trabalho em altura deverá considerar, em especial, os 13 pontos da análise de risco detalhados no item 35.4.5.1 da NR-35.
  - 31.1. O local em que os serviços serão executados e seu entorno;
  - 31.2. O isolamento e a sinalização no entorno da área de trabalho;
  - 31.3. O estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem;
  - 31.4. As condições meteorológicas adversas;
  - 31.5. A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;



## SENADO FEDERAL

- 31.6. O risco de queda de materiais e ferramentas;
  - 31.7. Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
  - 31.8. O atendimento a requisitos de segurança e saúde contidos nas demais normas regulamentadoras;
  - 31.9. Os riscos adicionais ao risco do trabalho em altura, como riscos mecânicos, elétricos, contaminação, soterramento etc.;
  - 31.10. As condições impeditivas, ou seja, situações que impedem a realização ou continuidade do serviço que possam colocar em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador;
  - 31.11. As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador;
  - 31.12. A necessidade de sistema de comunicação; e
  - 31.13. A forma de supervisão.
32. Caberá à Contratada garantir a implementação de todas as medidas determinadas pela norma NR 35, compreendendo, dentre outros, os seguintes procedimentos previstos:
- 32.1. Elaborar, emitir e encaminhar à Fiscalização as Análises de Risco – AR e Permissões de Trabalho – PT nas situações previstas na norma NR 35;
  - 32.2. Assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e medidas complementares de segurança aplicáveis. A avaliação prévia deve ser realizada no local do serviço pelo trabalhador ou equipe de trabalho, considerando as boas práticas de segurança e saúde no trabalho;
  - 32.3. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas na norma NR 35 pelas empresas contratadas, nos casos de subcontratação permitidos;
  - 32.4. Garantir aos trabalhadores informações atualizadas sobre os riscos e as medidas de controle;
  - 32.5. Garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas na norma NR 35;
  - 32.6. Assegurar a suspensão dos trabalhos em altura quando verificar situação ou condição de risco não prevista, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, dando ciência imediata à Fiscalização;



## SENADO FEDERAL

32.7. Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;

32.8. Assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela Análise de Riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;

32.9. Assegurar a organização e o arquivamento da documentação prevista na norma NR 35;

32.10. Tomar todas as medidas para que seus empregados cumpram as disposições legais e regulamentares sobre trabalho em altura, inclusive os procedimentos expedidos pela Contratada;

32.11. Orientar seus empregados a interromper suas atividades exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis para o prosseguimento dos serviços de forma segura e dará ciência imediata à Fiscalização;

32.12. Assegurar que seus empregados zelem por sua segurança e saúde e a de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho;

32.13. Dispor de equipe capacitada e treinada para trabalhos em altura, conforme item 35.3 da norma NR 35, de forma a garantir que todo trabalho em altura será planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado; e

32.14. Avaliar o estado de saúde dos seus empregados que exercem atividades em altura, garantindo o previsto no item 35.4.1 da norma NR 35, mantendo cadastro atualizado que permita conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador para trabalho em altura. Tal cadastro poderá ser solicitado pela Fiscalização para averiguação.

33. No planejamento do trabalho em altura, devem ser adotadas as seguintes medidas pela Contratada, de acordo com a hierarquia abaixo, conforme item 35.4.2 da norma NR 35:

33.1. Medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução. Adotar um meio alternativo de execução sem expor o trabalhador ao risco de queda é a melhor alternativa; e

33.2. Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

### **D.2.1 Andaimés**

34. Os andaimés serão montados sempre que for necessário executar trabalhos em lugares elevados, onde eles não possam ser realizados com segurança a partir do piso da edificação e



## SENADO FEDERAL

cujo tempo de duração, tipo de atividade ou normas de segurança não permitam o uso de escadas.

35. O planejamento e a montagem de qualquer tipo de andaimes seguirão estritamente as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-1, NR-18 e NR-35.

36. Serão tomadas precauções especiais quando da montagem ou movimentação de andaimes próximos a redes de energia elétrica. Os andaimes não serão sobrecarregados além do limite previsto, mantendo-se a carga de trabalho distribuída no estrado, de maneira uniforme, sem obstruir a circulação de pessoas.

37. Não será permitido o acúmulo de fragmentos, ferramentas ou quaisquer materiais sobre os andaimes, de maneira a oferecerem perigo ou risco aos trabalhadores ou pessoas estranhas ao serviço, ou risco de dano ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros.

38. Não será permitido sobre os estrados dos andaimes a utilização de escadas ou outros meios para atingir lugares mais altos.

39. Não será permitido o trabalho em andaimes externos, de qualquer tipo, quando da ocorrência de ventos fortes.

### **D.3 Segurança em instalações elétricas**

40. Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da norma NR 10. Além disso, deverão utilizar EPI adequado à execução de tarefas em áreas com instalações elétricas, seguindo fielmente as orientações incluídas no Projeto de Segurança do Trabalho.

### **D.4 Solda**

41. No capítulo sobre o serviço de solda, o projeto de segurança deverá cobrir pelo menos os seguintes pontos:

41.1. Detalhamento do serviço de solda, os locais onde serão realizados e equipamentos utilizados (máquinas, maçaricos, metais de fluxo e de preenchimento);

41.2. Caracterização dos fumos produzidos;

41.3. Detalhamento dos equipamentos de proteção respiratória, individuais e coletivos, a serem utilizados pela equipe;

41.4. Medidas para contenção e eliminação de resíduos de dentro do datacenter;





## SENADO FEDERAL

41.5. Prevenção e combate a incêndio durante a solda, dentro e fora do datacenter, incluindo medidas complementares às existentes no datacenter.

### **D.5 Movimentação de cargas**

42. No capítulo sobre movimentação de cargas, o projeto de segurança deverá cobrir pelo menos os seguintes pontos:

42.1. Detalhamento das principais operações de movimentação de cargas pesadas (ou seja, que exijam o uso de equipamentos como caminhões Munck, paleteiras, etc.), indicando inclusive a carga a ser movimentada e os equipamentos a serem utilizados;

42.2. Detalhamento das medidas de proteção coletivas a serem adotadas durante os procedimentos;

42.3. Detalhamento das medidas de proteção individuais a serem adotadas durante os procedimentos.

42.4. Observação: os detalhes específicos sobre a movimentação da carga como pontos de içamento, reforços em piso, etc. serão tratados no projeto específicos de *rigging* e movimentação de carga.

### **E. Do manejo de equipamentos, materiais e resíduos**

43. Todos os resíduos, incluindo lubrificantes e gases refrigerantes, e os materiais inservíveis provenientes dos serviços de substituição, instalação e manutenção ora especificados serão descartados pela Contratada conforme a legislação ambiental Distrital e Federal. O descarte deverá ser detalhado formalmente à Fiscalização com antecedência.

44. Correrá por conta da Contratada o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

45. A Contratada será responsável pelo descumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho por parte de seus empregados nas atividades realizadas nas dependências do Senado.

46. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação vigente.

47. Os casos especiais serão resolvidos pela Fiscalização.





SENADO FEDERAL

## COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025

(Processo nº 00200.010218/2024-00)

#### ANEXO 5

#### DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO, COMUNICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

#### A. PLANEJAMENTO

1. No âmbito desse Edital, são considerados documentos de Planejamento físico-financeiro: Cronograma Executivo Físico-Financeiro e Histograma da intervenção. Esses documentos deverão ser elaborados pela Contratada.
2. A execução dos serviços previstos em Edital, bem como as atividades relacionadas à Fiscalização e à gestão da execução contratual deverão ser precedidas das Diretrizes de Planejamento abaixo detalhadas:
  - 2.1. Deverá ser apresentado o cronograma de barras (diagrama de Gantt), identificando o caminho crítico, de modo a: estabelecer a sequência lógica de execução das atividades; indicar as interdependências entre as atividades, suas interfaces e o caminho crítico; servir de base ao cumprimento dos prazos contratuais; estudar as alternativas para a condução das atividades (simulações) e emitir relatórios das simulações sempre que solicitado pela Fiscalização.
  - 2.2. O planejamento e controle das atividades pela contratada deverão ser compatíveis com os prazos estabelecidos no contrato;
  - 2.3. A contratada deve utilizar software compatível com o “MSPROJECT” para elaboração e acompanhamento do cronograma detalhado dos serviços, de acordo com orientação da Fiscalização. Durante o andamento dos serviços, a contratada conjuntamente com a fiscalização avaliará, semanalmente, o planejamento existente e, se necessário, procederá às devidas revisões;
  - 2.4. A contratada deverá elaborar e submeter à aprovação da fiscalização programação diária das atividades com antecedência mínima de uma semana da execução, especificando: a duração de cada atividade; o local de execução e necessidades de interrupção na energia elétrica. Qualquer



## SENADO FEDERAL

modificação dessa programação deverá ser aprovada pela Fiscalização. A programação física diária deve estar em consonância com o cronograma físico;

2.5. Deverá ser entregue mensalmente à Fiscalização relatório completo das atividades contendo, no mínimo, as seguintes informações: histórico de todas as fases da execução até o momento e relatório fotográfico dos principais eventos e atividades do contrato.

3. A Fiscalização poderá solicitar reuniões com a Contratada para discussão do planejamento da intervenção.
4. A Contratada deverá executar os serviços/atividades conforme sequência, prazos e recursos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro.
5. A Fiscalização poderá solicitar a formalização de prazos e datas específicas de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços subcontratados pela Contratada.
6. A Fiscalização poderá incorporar ao Cronograma Físico-Financeiro eventuais ocorrências que afetem o regular funcionamento das atividades do Senado Federal (extensão e compressão no prazo de atividades; previsão de suspensão de atividades, por exemplo).
7. O Índice de Realização Física do Contrato – IRF é definido como a relação entre o percentual realizado acumulado de execução e o percentual planejado acumulado de execução da intervenção:  
$$(\%) \text{ Realizado Acumulado} / (\%) \text{ Planejado Acumulado}.$$
8. A revisão dos documentos de planejamento inicialmente aprovados poderá ser autorizada pela Fiscalização nos seguintes casos:
  - 8.1. Abono de prazo concedidos pelo Senado Federal;
  - 8.2. Índice de Realização Física do Contrato – IRF abaixo de 65%; ou
  - 8.3. Outra razão julgada relevante pela Fiscalização.
9. O replanejamento que não tenha sido motivado por abono de prazo concedido pelo Senado Federal, inclusive aquele com base no IRF (abaixo de 65%), não poderá alterar a data de término da intervenção estabelecida em contrato.



## SENADO FEDERAL

### B. COMUNICAÇÃO

10. Toda comunicação técnica da Contratada ao Senado Federal, relacionada à intervenção, deverá ser destinada à Fiscalização por meio dos documentos estabelecidos nesse edital.

11. A Contratada deverá formalizar toda comunicação relacionada à intervenção em Relatório Diário (RD) e encaminhado ao endereço eletrônico (e-mail) indicado pela Fiscalização conforme

**MODELO 1**, abaixo.

12. A Fiscalização poderá formalizar as comunicações e decisões de reuniões técnicas em atas elaboradas e encaminhadas por meio eletrônico.

13. Assuntos diversos que requeiram ação mais célere e urgente da Fiscalização deverão ser imediatamente comunicados através de contato telefônico ou verbal e, posteriormente, formalizados através de correio eletrônico e/ou documentos próprios previstos nesse edital.

14. Compete apenas à Fiscalização decidir sobre a paralização de serviços, bem como aprovar o respectivo registro da paralização e do seu eventual impacto no RDO.

15. Desde o início do contrato, a Contratada deverá disponibilizar no local da intervenção, em formato especificado pela Fiscalização, os seguintes documentos, impressos em papel, e em lugar de fácil acesso:

15.1. Cronograma Físico-Financeiro;

15.2. Projetos (Arquitetônico e de Instalações);

15.3. Anotação de Responsabilidade Técnica da execução;

### C. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

16. A Fiscalização poderá solicitar reuniões periódicas à Contratada para acompanhamento da evolução dos serviços, bem como discutir questões técnicas de qualidade e gestão.

17. Qualquer necessidade de alteração no projeto (inclusive com a inclusão de novos serviços) durante a execução da intervenção deverá ser formalizada pelo proponente da alteração (Contratada, Fiscalização ou Demandante) por meio de formulário específico de solicitação de mudança de projeto, conforme MODELO 2, contendo também;



## SENADO FEDERAL

- 17.1. Identificação de eventuais impactos em prazos e custos; e
- 17.2. Identificação dos riscos e oportunidades que possam impactar no sucesso da intervenção.
- 18. O Formulário de Solicitação de Mudança (MODELO 2) deve ser aprovado pela Fiscalização, e a efetivação das modificações propostas estarão condicionadas à celebração de Termo contratual para eventuais serviços adicionais necessários.
- 19. As medições serão formalizadas através de um Boletim de Medição específico para cada intervenção. O modelo orientativo será disponibilizado pela fiscalização.
- 20. Compete à Fiscalização do Senado Federal, entre outras atividades:
  - 20.1. Sanar dúvidas e questionamentos acerca de especificações técnicas e composição dos serviços, quando pertinentes.
  - 20.2. Gerenciar a atuação integrada da Contratada com outras empresas e serviços prestados no âmbito de outros contratos e órgãos do Senado Federal.
  - 20.3. Realizar a interlocução com terceiros impactados pela intervenção.



## SENADO FEDERAL

### D. MODELO 1 - RDO

SENADO FEDERAL		RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRAS (RDO)								
RDO Nº: 2		segunda-feira, 19 de fevereiro de 2018								
DADOS DA OBRA E INFORMAÇÕES CONTRATUAIS										
Objeto do Contrato: Execução de manutenção de revestimentos de mármore nas fachadas do Edifício Principal e Anexo 01 do SENADO										
PROCESSO Nº: 00200.00523/2014-67		CONTRATO Nº: 03/2018		PE Nº: 135/2017		011/2018				
DATA DE INÍCIO DA OBRA: 19/02/2017		DATA DE TÉRMINO: 19/06/2017		TÉRMINO REPROG.:						
PRAZO DIAS: 120		DIAS DECORRIDOS: 0		DIAS FALTANTES: 120						
DISCIPLINA ( ) Mecânica ( ) Elétrica ( x ) Civil ( x ) Outros: ADEQUAÇÃO E REFORMA										
QUANTIDADE DO EFETIVO						EQUIPAMENTOS				
Função	M.O - DIRETA		M.O - INDIRETA		TOTAL		Descrição	Quantidade		
	Prog.	Real	Prog.	Real	Prog.	Real		Prog.	Real	
Engenheiro Civil					0	0				
Auxiliar de Escritório					0	0				
Mestre de Obra					0	0				
Eletricista					0	0				
Encarregado					0	0				
Encanador					0	0				
Ajudante					0	0				
Pedreiro					0	0				
Carpinteiro					0	0				
Armador					0	0				
Serralheiro					0	0				
TOTAL Funcionários		0	0	0	0	0	0	TOTAL 0 0		
ITENS	ATIVIDADES DIÁRIAS DETALHADAS						STATUS			
							INICIADO	EXISTENTE	CONCLUÍDO	PARALIZADO
OBSERVAÇÕES CONTRATADA										
OBSERVAÇÕES FISCALIZAÇÃO										
Condições do Tempo				Representante da Contratada			Representante da Contratante			
PERÍODO	BOM	CHUVOSO	HORAS							
MANHÃ	X		1:00							
TARDE	X		1:00							
NOITE	X		1:00							
TOTAL DE HORAS			3:00							



SENADO FEDERAL

**E. MODELO 2 – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA**

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA				
Nome do Projeto:		Mudança número:		
Requisitada por (com assinatura):		Data da solicitação:		
Impacto na Etapa:	Alto	Médio	Baixo	
Descrição da mudança				
Motivação da mudança				
Descrição do Impacto				
Escopo (incluir ID PFF)				
Custo				
Tempo				
Risco				
Satisfação do Cliente				
Qualidade				
(Outros )				
APROVADA:		REJEITADA:		
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
JUSTIFICATIVA EM CASO DE REJEIÇÃO:				
Assinaturas dos Responsáveis				
Assinatura gerente de projeto		Assinatura fiscalização do projeto		
_____		_____		
Data		Data		
(outras assinaturas, conforme o caso)				



## SENADO FEDERAL

### F. DEFINIÇÕES

**Anomalias:** irregularidades, anormalidades, classificadas como: a) endógenas (deficiências construtivas e projetos); b) exógenas (origem em ações de terceiros, alheios à edificação); c) naturais (origens em ações da natureza não previstas e extraordinárias); d) funcionais (origem relacionada ao término da vida útil determinada em projeto, consideradas as manutenções realizadas).

**Caderno de Encargos e Especificações:** Conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo contratante para contratação, execução, fiscalização e controle de serviços e/ou obras, atendidas as normas brasileiras<sup>1</sup>.

**Componente:** Produto constituído por materiais definidos e processados em conformidade com princípios e técnicas específicos da Engenharia e da Arquitetura para, ao integrar elementos ou instalações prediais da edificação, desempenhar funções específicas em níveis adequados<sup>2</sup>.

**Desempenho:** Capacidade de atendimento das necessidades dos usuários da edificação<sup>3</sup>.

**Especificações Técnicas:** Descrição qualitativa e quantitativa de materiais, componentes, equipamentos e técnicas a serem empregados na realização de um serviço ou obra<sup>4</sup>.

**Equipamento de Proteção Individual (EPI):** todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho<sup>5</sup>.

**Medição:** Apuração dos quantitativos e valores realizados, dos serviços ou obras, sendo a medição parcial aquela relativa a partes concluídas do serviço ou obra e a final efetuada após a conclusão, destinada a retificar ou ratificar as medições provisórias ou parciais<sup>6</sup>.

**Necessidades dos Usuários:** Exigências de segurança, saúde, conforto, adequação ao uso e economia cujo atendimento é condição para realização das atividades previstas no projeto<sup>7</sup>.

**Obra de Engenharia e Arquitetura:** Trabalho segundo as determinações do projeto e as normas adequadas, destinado a modificar, adaptar, recuperar ou criar um “bem” ou que tenha como resultado qualquer transformação, preservação ou recuperação do ambiente natural<sup>8</sup>.

---

<sup>1</sup> ABNT NBR 5670:1977. Seleção e Contratação de Serviços e Obras de Engenharia e Arquitetura de Natureza Privada, p. 2.

<sup>2</sup> ABNT NBR 14.037:1998. Manual de operação, uso e manutenção das edificações - Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação.

<sup>3</sup> ABNT NBR 5.674:1999 – Manutenção de Edificações – Procedimento.

<sup>4</sup> ABNT NBR 14.037:1998.

<sup>5</sup> MTE NR 6, item 6.1.

<sup>6</sup> ABNT NBR 6.670:1977, p. 6.

<sup>7</sup> ABNT NBR 5.674:1999.

<sup>8</sup> ABNT NBR 5.670:1977, p. 6



## SENADO FEDERAL

**Projeto:** Descrição gráfica e escrita das características de um serviço ou obra de Engenharia ou de Arquitetura, definindo seus atributos técnicos, econômicos, financeiros e legais.<sup>9</sup>

**Uso:** Atividades normais projetadas para serem realizadas pelos usuários dentro das condições ambientais adequadas criadas pela edificação.<sup>10</sup>

**Usuário:** Pessoa física ou jurídica, ocupante permanente ou não permanente da edificação.<sup>11</sup>

**Vida Útil:** Intervalo de tempo ao longo do qual a edificação e suas partes constituintes atendem aos requisitos funcionais para os quais foram projetadas, obedecidos os planos de operação, uso e manutenção previstos.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> ABNT NBR 14.037:1998.

<sup>10</sup> ABNT NBR 14.037:1998.

<sup>11</sup> ABNT NBR 14.037:1998.

<sup>12</sup> ABNT NBR 14.037:1998.





SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025**

**(Processo nº 00200.010218/2024-00)**

**ANEXO 6**

<b>PRANCHAS GRÁFICAS E FOTOS</b>
----------------------------------

**Observação: O arquivo será disponibilizado juntamente ao edital por meio do sistema Compras.gov.br**



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025**

**(Processo nº 00200.010218/2024-00)**

**ANEXO 7**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, \_\_\_\_\_, objetivando o **fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a substituição de trecho da rede de água gelada que interliga a Central de água gelada da Casa de Máquinas 3 (CM3) ao Edifício Principal do Senado Federal.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, CNPJ-MF nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, CI. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº \_\_\_\_\_ do Processo nº 00200.010218/2024-00, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia visando a substituição de trecho da rede de água gelada que interliga a Central de água gelada da Casa de Máquinas 3 (CM3) ao Edifício Principal do Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



## SENADO FEDERAL

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

**I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

**IV** - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

**V** - designar e manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”) e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto constante do Anexo 8 do edital;

**i.** Deverá ser comprovada, por meio de documentação (contrato social, atas de assembleia, procurações etc.), a competência do signatário para delegar poderes aos prepostos.

**ii.** A critério da CONTRATADA, o preposto poderá ser indicado simultaneamente como responsável técnico.

**VI** - fornecer as máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra (inclusive os encargos sociais), insumos, transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários;

**VII** - dotar sua equipe técnica de treinamento, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPIs) que sejam necessários à preservação da incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do SENADO;

**VIII** - assegurar que seus funcionários utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em regramento oficial federal ou local que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, incluindo o disposto nas normas NR-6, NR-10, NR-18, NR-35, sem prejuízo das demais normas regulamentadoras aplicáveis;

**IX** - acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância;



## SENADO FEDERAL

**X** - dotar o local da execução dos serviços dos equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do SENADO;

**XI** - abster-se de causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefone e lógica do SENADO;

**XII** - abster-se de causar transtornos ao sistema de captação de esgoto e águas pluviais do SENADO;

**XIII** - solicitar, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, o desligamento de quaisquer partes do sistema elétrico, hidráulico, de telecomunicações ou de lógica que se façam necessários para a perfeita execução dos serviços;

**XIV** - refazer os trabalhos recusados pela Fiscalização e retirar do SENADO os materiais rejeitados;

**XV** - promover, às suas expensas, a substituição dos materiais recusados pela Fiscalização;

**XVI** - proteger os móveis e objetos existentes com lonas e outros materiais adequados, de modo a evitar danos no local de execução dos serviços e, se for o caso, em suas proximidades;

**XVII** - depositar lixo e entulhos provenientes dos serviços em caçambas metálicas estacionárias, dispostas em locais indicados pelo SENADO;

**XVIII** - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da boa aparência nos locais que sofrerão intervenções;

**XIX** - manter o local dos serviços e seus acessos permanentemente limpo, livre de quaisquer sujeiras causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

**XX** - providenciar o isolamento adequado do local de trabalho;

**XXI** - fornecer previamente ao SENADO relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, para fins de registro e autorização de acesso junto à Polícia Legislativa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, quando for o caso, que deverá ser acompanhada da cópia do Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho (CTPS) ou contrato de prestação de serviços celebrado com o respectivo funcionário, bem como informar qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação;

**XXII** - manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados com crachás, onde deverão constar seu nome, RG, função e empresa empregadora;



## SENADO FEDERAL

**XXIII** - responsabilizar-se pela conferência prévia de todas as medidas e quantidades no local;

**XXIV** - observar as disposições e especificações contidas neste contrato e no edital e seus anexos, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;

**XXV** - utilizar materiais de primeira qualidade, novos e de fabricação recente, devendo estar acondicionados em suas embalagens originais lacradas, podendo a Fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição;

**XXVI** - garantir que os novos materiais a serem aplicados manterão as características e padrões dos materiais existentes nos casos de necessidade de manutenção de padrão específico;

**XXVII** - designar por escrito os funcionários que irão atender ao SENADO, indicando números de telefone e endereços de e-mail para contato;

**XXVIII** - executar e acompanhar todos os testes relacionados ao perfeito funcionamento do objeto e todas as instalações cujo funcionamento possa ter sido afetado ou interaja diretamente com o objeto;

**XXIX** - emitir Relatório Diário (RD), com frequência diária e em meio digital. O modelo de Relatório deverá ser aprovado pela Fiscalização;

**XXX** - substituir ou reparar os materiais ou serviços executados que apresentarem defeito no período de garantia em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do gestor;

**XXXI** - registrar os serviços junto ao CREA-DF ou CAU, conforme composição da equipe, e apresentar à Fiscalização as ARTs ou RRTs correspondentes no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato;

**XXXII** - possuir mão de obra qualificada e especializada para a perfeita execução do objeto, conforme especificado no edital e seus anexos, dimensionada de forma a cumprir os prazos estabelecidos;

**XXXIII** - designar responsável técnico pela execução do objeto, obrigatoriamente profissional de engenharia ou arquitetura que esteja devidamente registrado no CREA ou CAU como responsável técnico pelo objeto da contratação. O profissional deve ser habilitado para serviços da natureza do objeto;

- i. O Responsável Técnico deverá assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, elaboração de documentos complementares, garantia do cumprimento das normas técnicas de Engenharia, Arquitetura e de Segurança do Trabalho e das especificações técnicas



## SENADO FEDERAL

constantes do edital e deste contrato, além do fiel cumprimento do prazo contratual e garantia da qualidade técnica.

- ii. Os(as) responsáveis técnicos(as) deverão, além de suas atividades contínuas, estar disponíveis para atender aos(as) gestores(as) e fiscais do SENADO em regime de plantão, para esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Em caso de cessão de espaços, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 30/2002, a CONTRATADA deverá promover as adequações necessárias para desempenhar suas atividades, de modo a obter um ambiente funcional, seguro, limpo, confortável e ordenado para seus funcionários. A empresa será integralmente responsável pela manutenção desses espaços, incluindo serviços de manutenção civil, elétrica, ar-condicionado etc. Antes do encerramento da vigência contratual, a CONTRATADA deverá entregar ao SENADO o espaço cedido nas mesmas condições em que recebeu.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O prazo de instrução referido no Parágrafo Sexto desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO NONO** – Cabe ao SENADO:

**I** - promover o cumprimento deste Contrato e documentos correlatos;

**II** - dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA;



## SENADO FEDERAL

**III** - cumprir os termos e prazos descritos neste contrato e no Caderno de Especificações Técnicas;

**IV** - recusar qualquer documento, equipamento, material ou serviço entregue, fornecido ou prestado em desacordo com as especificações constantes neste contrato, edital e no Caderno de Especificações Técnicas, nas normas técnicas, em documentos contratuais ou com o bom padrão de acabamento e qualidade;

**V** - permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços, de acordo com as normas internas do SENADO;

**VI** - determinar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional a ela vinculado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública;

**VII** - efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma





## SENADO FEDERAL

de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, conforme tabela abaixo:

Item	Marco	Prazo (dias corridos)
<b>ETAPA 1</b>		
1	Emissão dos Projetos executivos de Segurança do Trabalho e cronograma físico-financeiro executivo.	Até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço da Etapa 1. A ordem de Serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
<b>ETAPA 2</b>		
2	Execução das intervenções previstas no escopo.	Até 45 (quarenta e cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço das Etapa 2. A Ordem de Serviço será emitida em até 360 (trezentos e sessenta) dias após o término da Etapa 1.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A ordem de serviço deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor deste contrato, a qual indicará detalhadamente o(s) quantitativo(s) e o(s) tipo(s) do(s) produto(s) ou serviço(s), o local, a data e o horário em que deverá ser realizada a entrega de insumos e execução dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Fiscalização poderá determinar que os serviços sejam realizados aos fins de semana, de 18h de sexta-feira às 8h de segunda-feira, sem qualquer tipo de compensação, sempre que qualquer das seguintes situações esteja configurada:

- a) Implicar interdição de áreas;
- b) Causar transtornos nas áreas contíguas devido a ruídos, odores etc.;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os serviços serão realizados em Brasília, DF, no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O prazo de garantia dos materiais e serviços será de 5 (cinco) anos contados do recebimento definitivo do objeto.





## SENADO FEDERAL

**I** - Caso, em virtude de falha ou defeito, seja necessário o refazimento ou reparo de algum serviço no período de garantia, ele será executado de acordo com o estabelecido no Anexo 2 do Edital.

**II** - Para que a garantia seja acionada, serão adotados os seguintes procedimentos:

- a.** A CONTRATADA terá obrigação de manter todos os seus contatos físicos, telefônicos e eletrônicos atualizados junto ao SENADO;
- b.** Em caso de necessidade de acionamento da garantia, a CONTRATADA será notificada por escrito.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste contrato, edital e anexos:

**I** - O inciso VIII, do artigo 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

**II** - Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste contrato, no edital e seus anexos;

**III** - ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);

**IV** - Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;

**V** - Recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

**VI** - Recomendações do manual “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas” do Tribunal de Contas da União; e

**VII** - Recomendações e instruções dos fabricantes.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

**I – Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, após o término da execução de cada uma das etapas de execução previstas na tabela ao caput desta cláusula;

**II – Definitivamente**, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento provisório da última etapa, não havendo impedimento, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO NONO** – A CONTRATADA deve atender aos requisitos de Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções nos âmbitos federal, estadual e municipal.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Caberá à CONTRATADA implementar a logística reversa dos materiais, quando aplicável.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Nenhuma substância deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – O descarte dos resíduos da construção civil (entulho) deverá seguir as normas e orientações do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal. A disponibilização de caçambas, o transporte e o descarte deverão ser feitos por empresas credenciadas e conforme as normas vigentes.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços e/ou fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor total do presente instrumento é de R\$ \_\_\_\_\_, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, em etapa única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo de recebimento definitivo, conforme previsto no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Nona.

**I** – A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Nona não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo daquela Cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Primeira.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I = i / 365      I = 6 / 100 / 365      I = 0,00016438**

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



## SENADO FEDERAL

### CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Após decorridos 12 (doze) meses de celebração deste contrato o preço poderá ser reajustado, desde que a extensão da vigência não seja atribuível exclusivamente à CONTRATADA, observada a variação do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC-M ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

**I** – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

**II** – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no Inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

### CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ e Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

### CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, acrescido da diferença entre o valor



## SENADO FEDERAL

do contrato e 85% do valor orçado pelo SENADO na fase preparatória do certame que culminou na celebração do presente contrato, nos termos do disposto no art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, a qual poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

**I** – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**II** – seguro-garantia; ou

**III** – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

**I** – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, para renová-la ou complementá-la, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

**I** – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;



## SENADO FEDERAL

**II** – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

**III** – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

**I** – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

**II** – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo do 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.



## SENADO FEDERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar; e
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:





## SENADO FEDERAL

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

- I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

- I** - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 1º (primeiro) até o 15º (décimo quinto);
- II** - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**PARÁGRAFO SEXTO** - Excedidos 30 (tinta) dias de atraso, o SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o SENADO aplicará sanções punitivas, por infração, conforme os graus, as correspondências, as descrições e as incidências estabelecidas na Tabela 1 e na Tabela 2:

Tabela 1 – Grau e correspondência de cada infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	0,5% do valor do Contrato
Grave	0,7% do valor do Contrato





## SENADO FEDERAL

Tabela 2 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do SENADO;	Grave	Por ocorrência
2	Causar dano injustificado ao patrimônio do Senado Federal;	Grave	Por ocorrência
3	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do Contrato;	Grave	Por ocorrência
4	Deixar de indicar e manter durante a execução do Contrato o engenheiro responsável técnico pelos serviços e engenheiro de segurança do trabalho (caso seja necessário conforme legislação).	Grave	Por ocorrência
5	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço.	Leve	Por ocorrência
6	Não apresentar Relatório Diário (RD) ou outros documentos solicitados pela Fiscalização a respeito da execução contratual (cronograma – inclusive de replanejamento –, <i>as built</i> etc.), no período estabelecido neste edital ou outro estabelecido pela Fiscalização.	Leve	Por ocorrência e por dia

**PARÁGRAFO OITAVO** – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

**I** - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

**I** – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Nona sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a



## SENADO FEDERAL

parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na Cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Terceiro e sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Décimo Primeiro, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** – as peculiaridades do caso concreto;
- III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** – os danos que dela provierem para o Senado Federal;
- V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- VI** – a não reincidência da infração;
- VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Terceiro.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro, observando-se a possibilidade de prorrogação automática prevista no art. 111 da Lei nº 14.133/21.



SENADO FEDERAL

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

**DIRETORA-GERAL**

**SENADO FEDERAL**

**Representante da Contratada**

**RG n.º** \_\_\_\_\_

**CPF n.º** \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

**DIRETOR**

**DIRETOR**



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025**

**(Processo nº 00200.010218/2024-00)**

**ANEXO 8**

<b>MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO</b>
---

**DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO**

Titular: \_\_\_\_\_, brasileiro\_\_\_\_, RG\_\_\_\_, CPF\_\_\_\_\_.

Substituto(s): \_\_\_\_\_, brasileiro\_\_\_\_, RG\_\_\_\_, CPF\_\_\_\_\_.

A empresa \_\_\_\_\_, sediada/filial na [endereço], Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui como seus Prepostos os funcionários acima qualificados, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do Contrato nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Nos eventuais impedimentos ou ausências do Preposto Titular, a representação será realizada pelo(s) Preposto(s) Substituto(s).

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização do Contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Diretor-Presidente da empresa



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025

(Processo nº 00200.010218/2024-00)

ANEXO 9

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
E-mail:					
Dados Bancários:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? ( ) Sim ( ) Não					
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90042/2025**

**(Processo n.º 00200.010218/2024-00)**

**ANEXO 10**

**ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO N.º 02 DE 2016**

**O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram dadas pelo art. 237 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução n.º 40, de 2014, em vista do disposto no artigo 7º, § 2º, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, e considerando a necessidade de atualização dos itens que compõem o elemento Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, em razão das recentes orientações contidas em julgados do Tribunal de Contas da União - TCU, RESOLVE:

Art. 1º Nas obras e serviços de engenharia contratados pelo Senado Federal, o percentual relativo a Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, aplicado sobre os custos diretos dos materiais, mão de obra e equipamentos, deve obedecer ao disposto neste Ato.

§ 1º O preço final da obra ou serviço será obtido somando-se aos custos diretos a parcela correspondente ao BDI.

§ 2º Os editais de licitação deverão exigir que os proponentes apresentem a composição analítica do BDI.

§ 3º Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 4º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 3º.

Art. 2º As bonificações e despesas indiretas serão compostas por parcelas relacionadas à taxa de rateio da administração central, às despesas financeiras, aos riscos, seguros e garantias do empreendimento, ao lucro e aos tributos, exceto os de natureza direta e personalística que oneram a licitante ou contratada.



## SENADO FEDERAL

§ 1º Somente poderá ser incluída taxa correspondente a despesas com garantias se for expressamente previsto no edital da licitação a prestação de garantia contratual pela contratada, devendo, neste caso, ser proporcional aos custos de contratação de fiança bancária, seguro-garantia ou caução.

§ 2º É vedado incluir na composição do BDI taxas correspondentes a despesas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), administração local, instalação de canteiro de obras, acampamento, mobilização e desmobilização, assim como outros custos que decorram diretamente da execução das obras ou serviços e que, por conseguinte, devam ser incluídos como custos diretos na planilha orçamentária.

§ 3º A parcela referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando devida, observará a alíquota do local de execução da obra ou prestação dos serviços e o cálculo do tributo não incidirá sobre os materiais e equipamentos utilizados na obra ou serviço.

Art. 3º A taxa máxima aceitável do BDI de referência será definida mediante justificativa técnica elaborada por profissional habilitado.

§ 1º Os estudos técnicos adotarão como parâmetro os indicadores obtidos junto às seguintes fontes, dentre outras:

- I - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI;
- II - Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO;
- III - tabelas de referência oficiais;
- IV - recomendações, determinações e deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- V - levantamentos realizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares
- VII - contratos similares firmados pelo Senado Federal e por outros órgãos da Administração Pública;
- VIII - publicações técnicas especializadas ou de órgãos de pesquisa;
- IX - estudos setoriais;
- X - pesquisa mercadológica com empresas do ramo.

§ 2º Serão desconsideradas as coletas que não reflitam a realidade do mercado, cabendo ao órgão técnico apontar justificadamente a fonte mais adequada para estimar o BDI de referência.

§ 3º O BDI de referência considerado aceitável pela Administração será aquele menor ou igual à mediana dos indicadores obtidos junto à fonte de pesquisa utilizada.





## SENADO FEDERAL

§ 4º Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados pelo órgão técnico competente, o percentual do BDI de referência poderá ultrapassar os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 5º Os percentuais do BDI da faixa adotada, devidamente justificados pela área técnica segundo as características da obra e os resultados da precificação, deverão estar indicados nos atos convocatórios relativos às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia.

§ 6º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for superior ao BDI de referência indicado pela Administração, a proposta deverá ser acompanhada da devida justificativa de majoração do preço, elaborada por profissional habilitado para análise da área técnica.

§ 7º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for inferior ao BDI de referência considerado aceitável pela Administração e houver indícios de inexequibilidade dos preços, o pregoeiro ou o gestor poderão solicitar à empresa esclarecimentos complementares e efetuar diligências para comprovação da exequibilidade da proposta.

§ 8º O custo global apresentado pela proponente não poderá ser superior ao custo global de referência.

Art. 4º Revoga-se o Ato do Primeiro-Secretário nº 10, de 2010.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2016. Senador Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

*Boletim Administrativo do Senado Federal*, nº 5972, seção nº 2, de 29 de março de 2016, p. 1.



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90042/2025**

**(Processo nº 00200.010218/2024-00)**

**ANEXO 11**

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 30 DE 2002**

*Regulamenta a destinação, a ocupação e a utilização dos espaços físicos no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.*

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - O Complexo Arquitetônico do Senado Federal compreende:

- I** - os espaços físicos localizados na Praça dos Três Poderes e adjacências, destinados ao funcionamento da Casa;
- II** - os imóveis transferidos para a União por força da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, e da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1997;
- III** - outras áreas no Distrito Federal destinadas ao uso do Senado Federal pela União;
- IV** - os imóveis residenciais da União no Distrito Federal que constituem a reserva técnica do Senado Federal;
- V** - a residência oficial do Senado Federal no Lago Sul; e
- VI** - os imóveis residenciais reservados para o uso privativo dos senadores na SQS 309, Blocos “C”, “D” e “G”.

**Parágrafo único** - Os imóveis de que tratam os incisos V e VI serão disponibilizados com mobiliário e eletrodomésticos básicos.

**Art. 2º** - Os imóveis não residenciais são destinados à instalação e ao funcionamento dos serviços da Casa.

**Art. 3º** - Para o atendimento às atividades de apoio, assim consideradas aquelas desenvolvidas por terceiros e necessárias ao funcionamento da Casa, serão disponibilizadas áreas destinadas:

- I** - à brigada de incêndio do CBMDF e à companhia da PMDF, ambas sediadas no Senado Federal;



## SENADO FEDERAL

**II** - às equipes residentes e aos almoxarifados de terceiros que, por força de contrato/convênio, estejam obrigados a manter esses serviços nas instalações do Senado Federal;

**III** - à realização de eventos culturais, científicos ou tecnológicos;

**IV** - ao Tribunal de Contas da União; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)

**V** - ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)

**VI** - ao Parlamento Latino Americano; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)

**VII** - à Polícia Federal; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)

**VIII** - à Polícia Civil do Distrito Federal; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)

**IX** - à instalação de lanchonetes, restaurantes, barbearia, engraxataria, agência/posto bancário, agência/posto de correios e telégrafos e similares; (*Renumerado pelo ATC nº 14, de 2010*)

**X** - às assessorias parlamentares dos poderes executivo, legislativo e judiciário; e (*Renumerado pelo ATC nº 14, de 2010*)

**XI** - a outras atividades consideradas necessárias, segundo critérios definidos pelo Primeiro-Secretário. (*Renumerado pelo ATC nº 14, de 2010*)

**§ 1º** - Salvo na hipótese de comprovada ociosidade, não se admitirá a outorga a terceiros de qualquer área ou espaço necessários aos órgãos ou serviços do Senado Federal.

**§ 2º** - A utilização por terceiros de qualquer área, interna ou externa, compreendida no Complexo Arquitetônico do Senado Federal somente será outorgada a título oneroso, na forma deste ato e do ato da Comissão Diretora nº 20, de 2002, exceto:

**a)** nas hipóteses de que tratam os incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII; e (*Redação dada pelo ATC nº 14, de 2010*)

**b)** na hipótese do inciso III, quando o Presidente do Senado dispensar o ressarcimento.

**Art. 4º** - A solicitação de autorização para a ocupação dos espaços físicos do Complexo Arquitetônico do Senado Federal para uso não residencial será iniciada com a protocolização de processo administrativo contendo a identificação detalhada do interessado e o fim a que se destinará a área, sendo oportunamente juntados aos autos, conforme o caso:

**a)** informações a respeito da localização, da metragem e da planta baixa do imóvel e da área;



## SENADO FEDERAL

- b) a relação dos equipamentos instalados e do mobiliário disponibilizado, na forma estabelecida por este Ato;
- c) a finalidade e o prazo da ocupação;
- d) os direitos, as obrigações e as penalidades a que se sujeita o utente, especialmente no que se refere à obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;
- e) o valor e a forma de pagamento da participação do utente no rateio das despesas e o ressarcimento dos valores relativos aos custos de informática e telefonia.

**§ 1º** - Os valores objeto do rateio serão proporcionais à área ocupada e calculados na razão direta das despesas com os serviços de fornecimento de água e energia elétrica, segurança, conservação, manutenção e limpeza do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

**§ 2º** - Pelo uso de equipamentos telefônicos, o utente ressarcirá ao Senado, por linha instalada, o custo de manutenção da rede interna de telefonia e a tarifação corresponde a cada ramal instalado.

**§ 3º** - Pela utilização de cada equipamento de informática do Senado, o utente pagará a taxa fixada na forma do § 4º.

**§ 4º** - O Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, após consulta aos órgãos técnicos, corrigirá anualmente os valores de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º.

**Art. 5º** - A periodicidade dos pagamentos ao Senado Federal será:

- I** - antecipada, quando se tratar de eventos culturais, científicos ou tecnológicos;
- II** - semestral, no caso das assessorias parlamentares de que trata o inciso V do art. 3º; e
- III** - mensal, nos demais casos.

**Parágrafo único** – Para os pagamentos semestrais, o utente providenciará o recolhimento ao Senado até o dia 30 de junho e até o dia 30 de dezembro de cada ano respectivamente, e, nos pagamentos mensais, até o último dia útil de cada mês.

**Art. 6º** - As ocupações das áreas destinadas ao funcionamento de restaurante, lanchonete, tabacaria e engraxataria serão licitadas na forma da lei e outorgadas mediante concessão de uso.

**Art. 7º** - As áreas não residenciais serão disponibilizadas a terceiros:



## SENADO FEDERAL

**I** - no caso de concessão de uso para exploração de atividade lícitada, serviços de restaurante, lanchonete, tabacaria e engraxataria, com o mobiliário e os equipamentos atualmente instalados;

**II** - no caso de permissão de uso do Auditório Petrônio Portella para a realização de palestras, seminários, congressos ou simpósios de natureza cultural, científica ou tecnológica, bem como para a realização de solenidades de colação de grau, com o mobiliário e os equipamentos instalados, inclusive som e ar refrigerado;

**III** - nos demais casos, sem mobiliário, equipamento, eletrodoméstico, acessório, objetos de decoração ou utensílio.

**Parágrafo único** – Havendo disponibilidade, as áreas poderão ser outorgadas com equipamentos telefônicos e de informática de propriedade do Senado, desde que solicitado pelo utente e mediante o respectivo pagamento.

**Art. 8º** - Ato do Diretor-Geral regulamentará a ocupação, por terceiros, de espaços e de imóveis no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, bem como sobre os imóveis residenciais de uso privativo dos senadores e dos compreendidos na reserva técnica para uso de servidores.

**Art. 9º** - A ocupação de espaço físico será outorgada mediante autorização do Diretor-Geral.

**Art. 10** - Ficam revogadas as autorizações e as permissões de uso e rescindidas as cessões de uso vigentes.

**Art. 11** - No prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação deste ato, a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio encaminhará ao Primeiro-Secretário a relação das áreas ocupadas, com as informações sobre a situação de cada utente.

**§ 1º** - Considerando o interesse do Senado Federal e a natureza precária da ocupação de espaço físico por terceiros, o Primeiro-Secretário deliberará a respeito da matéria e publicará portaria indicando os utentes que permanecerão ou não instalados no complexo arquitetônico da Casa;

**§ 2º** - O utente em inadimplente para com o Senado, com relação à ocupação anterior, não será indicado a permanecer instalado na Casa.

**§ 3º** - Publicada a portaria do Diretor-Geral, o utente terá o prazo de:

**I** - 30 (trinta) dias, para a desocupação do espaço físico ocupado, se não tiver autorizada a sua permanência ou caso tenha manifestado interesse pela desocupação;

**II** - 15 (quinze) dias, no caso de autorização, para apresentar a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio todos os documentos necessários.

**Art. 12** - Fica convalidado o Ato da Comissão Diretora nº 30, de 1997, que regulamenta a Resolução nº 11, de 1996, que dispõe sobre o Comitê de Imprensa.



## SENADO FEDERAL

**Art. 13** - Revogam-se os Atos:

**I** - da Comissão Diretora nº 20, de 1989; nº 7, de 1990; nº 47, de 1991; nº 24, de 1992; nº 45, de 1993; nº 51, de 1993; nº 14, de 1994, nº 6, de 1995; nº 22, de 1997; e nº 29, de 1997.

**II** - do Primeiro-Secretário nº 18, de 1983; nº 9, de 1993; e nº 4, de 2000.

**Art. 14** - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.